

CAMILA COSTA VITARELLI

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ATUAÇÃO  
DE ONGS NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO  
BRIGADEIRO, MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2005

## **EU E A SERRA**

Na minha vida  
Por muitas trilhas caminhei,  
Pelas serras passei,  
Mas foi no pé daquela montanha, lá da janela do quarto,  
Que avistei  
Vi de perto um parque, muitas matas, cachoeiras e pedras bonitas  
Logo me encantei!  
Quando vi sua gente  
De fato chorei!  
Por aquela serra vi gente vivendo como bicho,  
Só que nem tratamento de bicho tem  
Isso me inquietou! Será que essa gente também é filha de Deus?  
Não entendia o que de fato acontecia  
E, não sei se foi pela dúvida, só sei que...  
Pensei, estudei e pesquisadora me tornei.  
Dedico esta pesquisa a Deus, que me ensinou que todos nós somos filhos Dele  
e por isso merecemos dignidade e respeito.  
Saudações à comunidade tradicional da Serra do Brigadeiro.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal de Viçosa, em especial ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de cursar um Mestrado multidisciplinar como o de Extensão Rural, que muito contribuiu com minha formação acadêmica de administradora e me preparou para ampliar significativamente minhas possibilidades profissionais.

Nesses dois anos muitas pessoas contribuíram para que este trabalho fosse realizado, e a elas deixo meus agradecimentos.

Aos meus colegas de turma, pelos estudos em conjunto, grupos de discussão, pelas festas e alegrias. Eles foram realmente companheiros e amigos, sentirei saudades. De forma especial, gostaria de agradecer aos que diretamente contribuíram com este trabalho: os meus amigos Daniel, Thiago, Hércio e Thais.

À minha orientadora, Sheila Maria Doula, pela excelência em orientação, pelo acompanhamento e exigência, pelas conversas prolongadas e empolgantes sobre meio ambiente e populações, por sua contribuição de antropóloga, ampliando minhas fronteiras de conhecimento.

Ao Instituto Estadual de Floresta – IEF, que em todas as suas instâncias apoiou o meu trabalho, seja na Diretoria, em Belo Horizonte, pela liberação da pesquisa no parque; pelo escritório de Viçosa, em que a equipe do IEF construiu comigo os gráficos da pesquisa; e na administração do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, na pessoa do Gerente José Roberto, que apoiou toda a pesquisa na região da serra, disponibilizando veículo e um guarda-parque, o Sr. Jair, que me acompanhou nas visitas à comunidade do entorno em seis municípios. Considero fundamental para a conclusão deste trabalho o apoio recebido do IEF.

Ao meu pai Ronaldo Vitarelli, que me motivou a desenvolver este tema de pesquisa e me acompanhou em muitas entrevistas, além de abrir muitas portas para que este trabalho fosse realizado. À minha mãe Denise e à minha irmã Narah, pela compreensão e pelo carinho.

Aos professores do Departamento de Economia Rural, em especial a Geraldo Magela Braga, professor aposentado, que foi meu orientador no início do curso e me ensinou o que é Extensão Rural; a José Norberto Muniz, pelo elevado nível de exigência e compreensão; e a Franklin Daniel Rothman, pelos conselhos, que contribuíram para o direcionamento deste trabalho.

Ao Departamento de Engenharia Florestal, pela troca de informações e discussões compartilhadas, em especial ao Professor Laércio Antônio Gonçalves Jacovine, que esteve sempre disponível para colaborar com o trabalho e foi meu conselheiro.

A todas as ONGs, que foram, sem dúvida, muito receptivas a participarem da pesquisa e que contribuíram não só com este trabalho, mas também com uma série de outros que virão pela frente, na busca do desenvolvimento sustentável.

À comunidade tradicional da Serra do Brigadeiro, pelo acolhimento, pela presteza em fornecer sua opinião e por cuidar daquela serra maravilhosa.

Ao CNPq, que me concedeu a bolsa de estudo, o que propiciou a concretização desta pesquisa.

## **BIOGRAFIA**

CAMILA COSTA VITARELLI, filha de Denise Maria Costa e Ronaldo Vitarelli, nasceu em 3 de dezembro de 1979, em Juiz de Fora, Minas Gerais, porém foi registrada na cidade de Viçosa.

Cursou o ensino fundamental na Escola Normal Nossa Senhora do Carmo e o ensino médio no Colégio Anglo, ambos na cidade de Viçosa.

Em 1998, ingressou no curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa, formando-se em março de 2003. Durante a graduação atuou em três pesquisas de iniciação científica: a primeira na área financeira, a segunda na área de marketing e a terceira com as organizações não-governamentais - ONGs. Sua monografia de final de curso foi um trabalho preparatório para o Mestrado, na qual analisou “As Estratégias do CTA na promoção do Desenvolvimento Sustentável no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro”.

Em dezembro de 2002, foi aprovada no processo de seleção de Mestrado em Administração na Universidade Federal de Lavras e em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, onde concluiu o curso de Mestrado. Como áreas de interesse e atuação, cabe destacar as de Gestão Estratégica de Organizações Não-Governamentais e Gestão e Economia Ambiental.

## CONTEÚDO

LISTA DE NOMENCLATURAS .....	VIII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1    Problema de pesquisa	3
1.2    Objetivos	7
1.2.1    Objetivo geral .....	7
1.2.2    Objetivos Específicos.....	7
2. A IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO .....	8
2.1. Críticas ao modelo tradicional de desenvolvimento	8
2.2.    As organizações na economia institucionalista	11
2.3.    As organizações do terceiro setor	14
2.3.1.    As redes de ONGs.....	19
2.3.2.    As ONGs no contexto atual.....	21
3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
3.1.    Conceitos	25
3.1.1.    A evolução do conceito.....	28
3.2.    Desenvolvimento rural sustentável	32

4. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO E SEU ENTORNO .....	36
4.1. A unidade de conservação	36
4.2. Descrição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	39
4.3. O entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)	44
4.4. História do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: ocupação, criação e participação social	45
5. METODOLOGIA .....	54
5.1. Área de estudo	54
5.2. Tipo de estudo	56
5.3. A entrevista com as ONGs	57
5.4. Entrevista com a população local	58
5.5. Procedimentos para obtenção e análise dos Indicadores de Sustentabilidade	59
5.6. Limitações dos indicadores	62
6. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ONGS NA SERRA DO BRIGADEIRO .....	63
6.1. Perfil das ONGs	64
6.1.1. <i>Centro de Tecnologia Alternativa - CTA</i> .....	64
6.1.2. <i>Amigos Iracambi</i> .....	66
6.1.3. <i>Centro de Pesquisa e Promoção Cultural – CEPEC</i> .....	67
6.1.4. <i>Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental – CECO</i> .....	68
6.1.5. <i>Centro Brasileiro de Conservação da Natureza – CBCN</i> .....	71
6.1.6. <i>Bioproteção</i> .....	71
6.2. Resultados das entrevistas com as ONGs	72
6.2.1. <i>Área de atuação das ONGs</i> .....	72
6.2.2. <i>Objetivos das ONGs na Serra do Brigadeiro</i> .....	77
6.2.3. <i>Redes e a comunicação entre as ONGs</i> .....	78
6.2.4. <i>Pontuação de cada ONG nos indicadores de sustentabilidade</i> .....	80
6.3. Consulta à população local	92
6.3.1 <i>Os moradores que vivem dentro do parque</i> .....	98
7. CONCLUSÃO .....	100
7.1. Recomendações	102
8. REFERÊNCIAS .....	103

## LISTA DE NOMENCLATURAS

**CECO:** Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental

**CEDEF:** Centro de Estudo e Desenvolvimento Florestal - IEF

**CEPEC:** Centro de Pesquisa e Promoção Cultural

**CTA:** Centro de Tecnologia Alternativa

**EMATER-MG:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.

**FAFILE:** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Carangola - MG

**FASFIL:** Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos

**FETAEMG:** Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais

**IEF:** Instituto Estadual de Florestas

**ONGs:** Organizações Não-Governamentais

**PESB:** Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

**STR:** Sindicato de Trabalhadores Rurais

**UFV:** Universidade Federal de Viçosa

## RESUMO

VITARELLI, Camila Costa, M.S., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2005. **A concepção de desenvolvimento sustentável na atuação de ONGs no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Conselheiros: Franklin Daniel Rothman e Laércio Antônio Gonçalves Jacovine.

O modelo tradicional de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico sem limites tem sido muito discutido nos últimos anos, em consequência das externalidades negativas geradas tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente. A partir dos anos 70, começaram a ser construídas algumas alternativas a esse modelo, entre as quais a concepção de Desenvolvimento Sustentável. As ONGs têm sido agentes de promoção dessa nova concepção de desenvolvimento, por meio de programas e projetos em áreas de conservação dos recursos – como o entorno de unidades de conservação, por exemplo. Neste trabalho foi realizada uma análise da atuação de seis ONGs presentes na Serra do Brigadeiro (MG), enfatizando-se os critérios de sustentabilidade atingidos pelos projetos. Observou-se que as ONGs possuem uma atuação pontual e dispersa e que ainda faltam ações para o desenvolvimento sustentável da região da Serra do Brigadeiro.

## ABSTRACT

VITARELLI, Camila Costa, M.S., Universidade Federal de Viçosa, February, 2005. **The concept of sustainable development concerning the performance of NGOs around the State Park of Serra do Brigadeiro, MG.** Advisor: Sheila Maria Doula. Committee members: Franklin Daniel Rothman and Laércio Antônio Gonçalves Jacovine.

The traditional Development model, which prioritizes the economic growth without limits, has been much discussed in the last years due to the negative effects generated to the society as well as to the environment. From the seventies on some alternatives to this model started to be built, among them the concept of sustainable development. The NGOs have been promotion agents of this new development concept through programs and projects in resource conservation areas, such as around the conservation units, for example. In this work a performance analysis of six NGOs present in the Serra do Brigadeiro, emphasizing the criteria of sustainability attended by the projects, was realized. It was observed that the NGOs have a punctual and spread performance, and actions for the sustainable development of the region of Serra do Brigadeiro are still missing.

## **1. INTRODUÇÃO**

O modelo de desenvolvimento tradicional que preconiza o progresso, a ciência, a tecnologia e o crescimento econômico gerou para a sociedade uma série de custos sociais, culturais e ambientais, tanto no meio urbano como no rural. Esse modelo começou a ser questionado nos anos 70, com a criação do conceito de ecodesenvolvimento e, posteriormente, com o de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é uma proposta que tem sido muito discutida e difundida em termos globais pelas conferências e fóruns internacionais, surgindo como uma opção diferenciada para as formas tradicionais de desenvolvimento, que geraram diversas externalidades negativas. Hogan e Vieira (1995), por exemplo, afirmam que o modelo de desenvolvimento socioeconômico subjacente à dinâmica de funcionamento das sociedades modernas tem sido o foco irradiador da problemática ambiental. Esse desenvolvimento vem sendo questionado por suas externalidades, produzidas a partir de uma visão unidimensional, que considera apenas a dimensão econômica do crescimento, deixando à margem esferas que são fundamentais para um desenvolvimento amplo e mais bem distribuído.

As organizações não-governamentais (ONGs) vêm criticando os modelos tradicionais de desenvolvimento e de crescimento econômico e têm se constituído em atores relevantes para se repensar os novos rumos do desenvolvimento (SCHERER-WARREN, 1999). Entre outras esferas, essas organizações têm procurado intervir em áreas geográficas que fazem divisa com unidades de conservação, pois estas necessitam desenvolver atividades econômicas compatíveis com a conservação do meio que as circundam. No Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB - MG) existem seis ONGs que atuam direta ou indiretamente e utilizam o discurso do desenvolvimento sustentável. Neste trabalho foram analisados os projetos dessas instituições, seus objetivos e suas áreas temáticas e geográficas de atuação.

Em seguida, confrontaram-se as linhas temáticas desses projetos com os critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2002), que são os seguintes: sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais e econômicos. Para esse autor, esses critérios são indissociáveis e a efetividade do desenvolvimento sustentável depende de planos de atuação complexos e duradouros que interliguem todos esses setores da vida social. Entretanto, cabe ressaltar que, embora tenha alertado para a necessidade (e a dificuldade) da concretização desses planos, o autor não chegou a elaborar indicadores que permitissem avaliar a sustentabilidade propiciada por um determinado programa. Por isso, alguns pesquisadores têm tentado criar alguns mecanismos de avaliação, visando, principalmente, examinar o alcance e a durabilidade das ações a médio e longo prazo e os resultados dessas ações para a alteração da qualidade de vida das populações-alvo dos programas de intervenção. No caso específico desta pesquisa, utilizaram-se alguns indicadores sugeridos por Guerra (2002), adaptando-os à realidade do objeto de estudo<sup>1</sup>.

Para obter informações sobre os projetos desenvolvidos pelas ONGs, utilizou-se a entrevista semi-estruturada com cada uma das organizações, procurando indagar sobre:

---

<sup>1</sup> Raissa Guerra estudou as intervenções de programas governamentais em um assentamento rural no Acre e concluiu, a partir dos critérios propostos por Sachs, que, embora o assentamento seja o primeiro da categoria de Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, sua sustentabilidade estará comprometida nos próximos anos, dada a atuação que a pecuária tem exercido nos assentamentos rurais da Amazônia.

- Os programas e projetos das ONGs que atuam na Serra do Brigadeiro;
- A abrangência e o público atendido pelos programas;
- Os objetivos das ONGs na Serra do Brigadeiro;
- A relação entre os objetivos e o desenvolvimento sustentável;
- A concepção de desenvolvimento sustentável das ONGs;
- Existência ou ausência de redes entre as ONGs que atuam na Serra.

Foi feita também uma consulta à população local, a fim de identificar a implementação efetiva dos programas, o desenvolvimento gerado e a visibilidade obtida pelas ONGs a partir de suas intervenções. Essa consulta se realizou também sob a forma de entrevista semi-estruturada, abordando questões como:

- Identificação, reconhecimento e visibilidade das ONGs;
- Identificação dos trabalhos desenvolvidos por estas organizações na região;
- Duração dos trabalhos desenvolvidos;
- Importância da atuação das ONGs para a população;
- A mudança gerada por estas ONGs;
- Ações que poderiam ser realizadas para melhorar a qualidade de vida na Serra do Brigadeiro.

## **1.1 Problema de pesquisa**

O termo “desenvolvimento sustentável” é utilizado indiscriminadamente e, na prática, as ações nem sempre atingem o conteúdo integral do conceito. De acordo com Diegues (2001:39), esse termo transita pelos mais diversos círculos e grupos sociais, desde as organizações não-governamentais até as pesquisas acadêmicas, com notável e estranho consenso, como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche. O autor afirma que uma análise mais profunda, no entanto, revela que esse consenso é falso, não somente quanto ao adjetivo “sustentável”, como também quanto ao desgastado conceito de “desenvolvimento”. Para certos setores do movimento ambientalista, significa uma proteção do “verde”, independentemente da realidade social envolvida.

Para os empresários, trata-se, no fundo, do desenvolvimento que possa garantir a “sustentabilidade da taxa de lucro”. Para certos governos, o termo muitas vezes constitui o preâmbulo de documentos oficiais para solicitação de empréstimos internacionais a organismos financeiros, que foram obrigados a introduzir, em seus critérios de aprovação de projetos, as variáveis ambientais (DIEGUES, 2001:54).

Tendo em vista essa utilização indiscriminada, mas também ressaltando a importância que as ONGs vêm assumindo na disseminação e aplicação quase automática desse conceito em seus projetos, o questionamento desta pesquisa é: as ONGs estão, de fato, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável no entorno do PESB? Esse questionamento requer uma explicação mais complexa, que vai além de uma simples resposta afirmativa ou negativa, mas que, inclusive, retrate quais dimensões ou critérios de sustentabilidade estão sendo, na prática, aplicados no entorno deste parque e quais são desconsiderados ou aplicados de forma fragmentária.

As ONGs, em seus discursos, justificam suas ações como capazes de agregar as variáveis sociais, culturais, ecológicas, ambientais, territoriais, econômicas e políticas que, na prática, conduziriam as comunidades ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, é extremamente difícil, para uma única organização, a adoção de todas essas variáveis em seus projetos de intervenção, surgindo a hipótese de que a falta de parceria ou uma rede com outras organizações, inclusive as governamentais e particulares, dificulta uma maior eficácia na atuação e uma maior abrangência de critérios de sustentabilidade.

O envolvimento de diferentes organizações, com seus recursos e capacidades específicas, seria um ponto central para a durabilidade de um projeto de desenvolvimento no nível local e o passo inicial para a sua expansão. Se o projeto permanece isolado e confinado a uma organização particular ou a indivíduos que são “donos” dele, provavelmente terá menos chance de continuidade e crescimento depois que os recursos financeiros externos terminarem. Ao contrário, se ele é bem sucedido em estabelecer uma coalizão de diferentes organizações para o seu apoio, assumindo uma base institucional maior, com diferentes “proprietários” do projeto, possivelmente

serão também aumentadas as chances de o projeto ter influência sobre o meio social e ambiental, provocando mudanças estruturais que criam esferas mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável (KISIL, 1997:145).

Kisil (1997) ressalta que a extensão e a eficácia das coalizões entre instituições e organizações locais são de fundamental importância, pois essas coalizões fortalecem uma governança em nível local para o processo de desenvolvimento, construindo ligações horizontais, que podem ser também chamadas de ligações em rede, com a finalidade de atingir um objetivo comum. Entretanto, na maioria dos casos, o que se constata é que diversas organizações dessa natureza não estão agrupadas em rede e possuem ações isoladas na busca do desenvolvimento sustentável. Isso apresenta algumas desvantagens, como, por exemplo: inicialmente, menor poder de barganha, tanto com o setor público quanto com o privado, dificultando não só a arrecadação de recursos para financiamento de projetos, como também parcerias das ONGs com os demais setores; menor pressão; em seguida, o escopo ou a abrangência dos programas e projetos fica reduzido, devido às limitações financeiras e de pessoal das ONGs; e, posteriormente, a responsabilidade da organização aumenta no que diz respeito ao cumprimento dos critérios de sustentabilidade, pois estes não serão compartilhados com outras organizações.

Teoricamente, a constituição de redes e a troca de informações e debates facilitariam ou permitiriam que as ONGs cumprissem um maior número de critérios de sustentabilidade. Já a falta de comunicação, ou ações isoladas entre as ONGs, possivelmente levaria ao cumprimento de apenas alguns desses critérios, que serão posteriormente mencionados. No caso específico desta pesquisa, partiu-se da hipótese de que as ações isoladas das ONGs do entorno do PESB podem levá-las a privilegiar apenas um dos critérios, provavelmente o ambiental, dadas as imposições que a própria proximidade com o parque coloca. Além disso, ações isoladas podem levar a uma sobreposição de projetos, tanto em termos das áreas geográficas e populações atendidas quanto na temática privilegiada.

Outro ponto a ser destacado é que as ONGs procuram definir sua identidade junto ao público e a outras instituições elegendo uma das variáveis do desenvolvimento sustentável, sendo possível reconhecer as organizações

“ambientalistas”, as “indígenas” e assim por diante. Dessa forma, embora utilizem o discurso genérico do desenvolvimento sustentável, essas organizações definem uma linha de intervenção mais circunscrita, pois isso facilita a obtenção de recursos financeiros de órgãos específicos, delinea o perfil dos especialistas e funcionários que atuarão nos projetos e auxilia na fixação de uma “marca” ou de uma imagem junto ao público mais amplo. Esses imperativos de ordem prática constituem um outro fator que causa a defasagem entre o discurso do desenvolvimento sustentável e sua aplicação efetiva, pois as ONGs acabam se “especializando” em determinado critério ou no atendimento de uma faixa da população.

A partir dessas considerações iniciais, delinear-se o desenvolvimento da pesquisa considerando-se três aspectos: em primeiro lugar, a forma de atuação das ONGs – isolada ou em rede – como um dos motivos que impede ou facilita a implementação de todos os critérios de sustentabilidade no entorno do PESB; em segundo lugar, que essas formas de atuação acabam influenciando o grau de defasagem entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável; e, finalmente, que a atuação isolada ou em rede acaba influenciando a própria concepção do desenvolvimento sustentável, ou seja, se o conceito é utilizado de forma indiscriminada, vazia e fragmentária ou de forma consistente, ampla e produtora de resultados mais duradouros.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar se a forma de atuação das ONGs no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro influencia a implantação dos critérios de sustentabilidade e a relação entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Traçar um perfil das ONGs que atuam na Serra do Brigadeiro, identificando suas características discursivas e práticas.
- Comparar essas características entre as organizações.
- Identificar a concepção teórica de desenvolvimento sustentável que as ONGs adotam.
- Verificar se os projetos foram desenvolvidos de forma isolada, em parceria ou em rede.
- Identificar se há sobreposição de programas em uma mesma área geográfica ou social e se há sobreposição temática de projetos.
- Verificar a atuação das ONGs na percepção da população envolvida nos projetos.

## **2. A IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Críticas ao modelo tradicional de desenvolvimento**

O século XX se iniciou com uma eufórica confiança no futuro, no qual os homens adentrariam em um mundo utópico, graças ao avanço técnico. Cem anos depois, conseguiu-se realizar quase todos os sonhos de avanço técnico imaginados e muitas expectativas foram superadas. No entanto, o progresso técnico e científico, por si só, não preencheu os sonhos de uma sociedade rica e integrada (BUARQUE, 1993).

A sociedade no século XX foi movida pelo otimismo epistemológico, acreditando-se que as soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas e utilizadas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas. Essa concepção regeu, ao longo de grande parte do século XX, a trajetória do desenvolvimento baseado apenas em crescimento econômico. Entretanto, pode-se observar que os resultados dessa orientação foram, por um lado, o grande avanço da ciência e, por outro, a permanência e o agravamento dos problemas da sociedade. Com isso, percebe-se que o

desenvolvimento, baseado em tal estrutura, não solucionou a problemática social.

Para a ciência, o século XX sofreu uma ruptura em 1945, com a euforia do saber e o medo do poder, provocados pela explosão da primeira bomba atômica. Já para o desenvolvimento econômico, o século começou a terminar no final da década de 1960, a partir da percepção de seus riscos e limites (BUARQUE, 1993).

No Brasil, esse modelo de desenvolvimento se destacou principalmente no período do final dos anos 40 aos anos 70; conhecido como nacional-desenvolvimentismo e sob diferentes roupagens, orientou as ações do governo em busca do crescimento econômico via industrialização e ação central do Estado, além de ter mobilizado a opinião pública com acenos de prosperidade e justiça social (LEITÃO, 1993).

Em se tratando da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, Leitão (1993) afirma que o nacional-desenvolvimentismo considerava a natureza e seus recursos como dados constantes, sem que se concebesse a sua escassez ou a elasticidade de sua oferta, implicando a ausência de cuidados com sua exploração e, muito menos, com a preservação. A natureza e seus limites, portanto, não ocupavam lugar central nas orientações desenvolvimentistas do período.

Almeida e Navarro (1998) afirmam que um dos pressupostos fundadores de tal desenvolvimento foi a concepção dos recursos naturais como ilimitados, o que possibilitou a ampliação das áreas cultivadas e o crescimento da demanda – práticas concretamente insustentáveis a longo prazo.

Furtado (1974) afirma que o interesse principal do modelo estava em proporcionar uma demonstração de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre seria o privilégio de uma minoria. Para esse autor, o custo desse estilo de vida, em termos de depredação do meio físico, seria de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.

De acordo com Goulet (2002), uma sociedade é mais desenvolvida não quando seus cidadãos “têm mais”, mas quando todos podem “ser mais”. Segundo o autor, o crescimento material e o aumento quantitativo são

necessários, mas que não seja crescimento de qualquer tipo nem aumento a qualquer preço, como ocorreu até agora com o modelo tradicional de desenvolvimento.

Sachs (2002), por sua vez, citando Francisco Sagasti, critica o paradigma básico do pensamento científico, herdado de Bacon e Descartes, afirmando ter chegado ao fim a pretensão de dominar a natureza e a crença ilimitada nas virtudes do progresso técnico. De acordo com esse autor, durante a preparação da Conferência de Estocolmo, na década de 1970, duas posições diametralmente opostas estavam claramente assumidas. Uns consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países subdesenvolvidos rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos, sendo esta uma visão otimista do modelo tradicional de desenvolvimento. Essa foi, aliás, a posição defendida pelos militares que representaram o Brasil na Conferência. Já outros acreditavam em uma catástrofe caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem imediatamente estagnados, evidenciando uma visão crítica e pessimista do modelo então vigente. Dessa visão derivam os movimentos ambientalistas e de defesa de direitos de populações discriminadas pelo modelo tradicional.

Fundamentalmente, esse modelo de desenvolvimento continua sendo questionado em razão de suas conseqüências negativas, ocasionadas por uma visão unidimensional que considera apenas a dimensão econômica do crescimento, deixando à margem variáveis fundamentais, como, por exemplo, as dimensões sociais, culturais e ambientais, essenciais para um desenvolvimento justo e eqüitativo.

De acordo com Amazonas (2002:173), uma vez que o desenvolvimento tecnológico freqüentemente vem acompanhado de transferência de custos para a sociedade (o que fica claro em termos de custos ambientais e sociais), a mudança técnica, ao mesmo tempo em que representa uma redução nos gastos privados, pode também aumentar, em quantidade igual ou maior, os custos que devem ser suportados por terceiros. Daí decorre a importância de certas instituições que assumem o papel de minimizar o impacto da inovação tecnológica e das leis de mercado sobre a população e o meio ambiente.

## **2.2. As organizações na economia institucionalista**

As organizações – sejam elas formais ou informais – têm se constituído em importantes agentes de redução de custos para a sociedade. Elas atuam sob a perspectiva de que indivíduos se agrupam em ações coletivas para minimizarem os custos que o mercado gera para alguns segmentos da sociedade. Uma das áreas da ciência que estuda a importância das organizações é a economia institucionalista ou institucional.

Segundo Bueno (2001), a economia institucional parte do mesmo princípio utilizado para derivar proposições puramente econômicas para estudar como as organizações se originam e se transformam ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciadas pelos processos econômicos; a tese fundamental dessa vertente da economia é a de que as instituições são restrições ao comportamento humano, desenhadas para reduzir custos de transação.

Os custos de transação são custos sociais e ambientais não contabilizados pela economia neoclássica, que considera o mercado, através de mecanismos de preço, como auto-regulador. Entretanto, esses custos sempre existiram, e é a partir da economia institucionalista que eles passam a ser discutidos; são custos potenciais de rompimentos dos acordos implícitos ou explícitos estabelecidos, em condições de racionalidade limitada, para realizar empreendimentos conjuntos, afirma Bueno (2001). Eles podem ser definidos também como custos incorridos pelos indivíduos a partir do momento que estes deixam de ser auto-suficientes economicamente e passam a depender dos outros para obter os bens que necessitam. Portanto, os custos de transação referem-se aos riscos contratuais existentes em uma determinada transação.

Vale ressaltar que esses custos foram negligenciados pela teoria neoclássica, mas estão presentes e são significativos para as economias modernas. A economia neoclássica, segundo Amazonas e Nobre (2002), se fundamentou metodologicamente no individualismo e no utilitarismo como princípios e na idéia de equilíbrio como um estado a ser alcançado. Ou seja, indivíduos que agem racionalmente, de forma a maximizar sua utilidade individual, conduziram, através do mercado, a um estado de equilíbrio ótimo o

conjunto da sociedade. No entanto, a presença dos custos de transação pode tornar essa relação não tão linear quanto se apresenta teoricamente.

A economia neoclássica se baseava no Teorema de Coase para desconsiderar o papel das organizações nos processos econômicos; este teorema pressupunha um custo de transação igual a zero, significando assim que o próprio mercado seria capaz de resolver todos os problemas de externalidades. De acordo com Amazonas e Nobre (2002), a economia neoclássica tratava esse problema como uma “falha de mercado”, já que os valores dos bens públicos não eram expressos pelo mercado e essas externalidades geradas deviam ser internalizadas através de um meio, que podia ser, por exemplo, a taxação. Correspondendo exatamente ao que propunha o Teorema de Coase, ou a solução de mercado de Coase, um indivíduo pagava por uma externalidade negativa gerada e outro indivíduo recebia uma compensação por aquela externalidade. Esse teorema funcionaria perfeitamente em um mundo onde não houvesse custos de transação e no qual as pessoas se sentassem calmamente à mesa para discutir os termos de um contrato, especificando todas as contingências possíveis e respeitando rigorosamente esses termos, o que não é o caso da sociedade complexa em que vivemos, afirma Bueno (2001).

Assim, as organizações passam a exercer um papel importante na sociedade, ou seja, o de redução do impacto negativo gerado por tais custos. Na perspectiva institucionalista, o papel das instituições compreende, por um lado, a necessidade de regulamentar o mercado de forma a minimizar os custos transferidos por este à sociedade e, por outro, o fato de que, justamente por isso, as organizações constituem-se no palco de disputa onde o poder econômico é determinante (AMAZONAS e NOBRE, 2002). Em síntese, esses autores afirmam que os institucionalistas definem as organizações – e não apenas o mercado – como o espaço de conformação dos valores, que não são somente os valores revelados pelo mercado (preço) e pelas preferências individuais em mercados hipotéticos, mas também os valores não-monetários, como, por exemplo, culturais, religiosos, emocionais e outros. Os autores consideram o conjunto de estruturas institucionais, sendo o mercado uma, entre várias outras, que, por meio do estabelecimento e da realização de metas, forma os valores, os quais podem ser monetários ou não.

Um importante autor que discute a economia institucionalista é John Commons. A base de seu pensamento, mencionada por Olson (1999), é a idéia de que os mecanismos do mercado não produzem, por si mesmos, resultados justos para os diferentes grupos da economia e de que essa injustiça se deve a disparidades no poder de barganha desses diferentes grupos. Nesse sentido, é ressaltada a importância da ação coletiva no processo econômico.

Para ilustrar essa questão, pode-se pensar no exemplo da desapropriação de pequenos produtores para a implantação de um parque, em que os desapropriados recebem, ou deveriam receber (pois legalmente eles têm o direito, mas nem sempre o direito é cumprido), uma casa ou uma propriedade com tamanho semelhante ao das que possuíam antes de serem desapropriados. Entretanto, eles não recebem nada pelos custos sociais, com os quais são obrigados a arcar sozinhos. Estes custos são: a perda do espaço envolvendo a casa, os costumes, a cultura e a relação com os recursos naturais, que muitas vezes é de dependência.

Por meio desse exemplo, fica explícito que os ambientalistas, cientistas e outros se beneficiam com uma floresta intacta. Já para os pequenos produtores, que foram desapropriados, os resultados são bem diferentes, pois eles são prejudicados e têm custos sociais intrínsecos que as relações de troca desconsideram. Por isso, os custos de transação têm motivado os indivíduos a se organizarem em ações coletivas, por meio de movimentos sociais, associações e organizações não-governamentais, em busca de minimizar os prejuízos gerados pelas trocas assimétricas.

Amazonas e Nobre (2002), citando Swaney (1987), mostram outras particularidades da economia institucionalista em contraposição aos fundamentos da economia neoclássica. Esses autores destacam que as vontades dos indivíduos são determinadas não apenas em meio à economia, mas também em meio à cultura; que a sociedade é orgânica, com valores, necessidades e vontades separados e complementares à mera agregação de desejos individuais: e que valores individuais e sociais são hierarquizados e não podem ser reduzidos a um termo de comparação comum: o valor à vida, por exemplo, está acima de medidas monetárias. De acordo com essa perspectiva, percebe-se a não-aceitação, por parte da teoria institucionalista,

do valor dado por preferências individuais autônomas e expressas somente em termos monetários.

A economia institucional recoloca, assim, uma questão fundamental nos processos econômicos, que a economia neoclássica baseada em Coase desconsiderou: a importância das instituições. O foco do novo institucionalismo está, portanto, no processo de construção e atuação dessas instituições.

### **2.3. As organizações do terceiro setor**

Atualmente, um setor da economia que tem sido representado por diversas dessas organizações é o terceiro setor. O termo “terceiro setor” foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 1970 e, a partir da década de 1980, passou a ser usado também pelos pesquisadores europeus. Para eles, o termo sugere elementos amplamente relevantes, pois expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. No entanto, é dessas duas esferas que o terceiro setor retira também algumas vantagens, combinando a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública (COELHO, 2000:58).

O terceiro setor se amplia a partir da reforma do Estado. O Estado do bem-estar social, ou o *welfare state*, como ficou mais conhecido, tinha como características um Estado forte, centralizado, com enormes custos de manutenção, e que exercia um controle acentuado sobre a economia de mercado. Esse modelo, porém, entrou em crise, chamada de “crise do Estado”, que inviabilizou as funções do governo como provedor do bem-estar social (CAMARGO, 2001) e mostrou, principalmente, a insuficiência da resposta do *welfare state* para a resolução dos problemas sociais, os quais passaram a exigir um Estado menos burocrático, descentralizado, com instituições mais ágeis, com grande parte da prestação de serviços terceirizados e com limites em seu papel. Nesse contexto, passou a ser mais requisitada e valorizada a participação da sociedade civil na solução dos problemas sociais, cabendo ao

Estado o papel diretivo e fiscalizador dos serviços ofertados à sociedade, além do atendimento dos direitos universais (COELHO, 2000).

Essa nova forma de governo pressupõe uma reforma do Estado para que, além da diminuição do seu tamanho, ocorra uma real transferência de poder das instâncias federal e estadual para as locais; como resultado, tem-se o enxugamento da máquina estatal e a terceirização não apenas das atividades governamentais para o setor empresarial, mas, principalmente, para as organizações e associações sem fins lucrativos da comunidade, que compõem o terceiro setor (COELHO, 2000).

O crescimento do número de organizações da sociedade civil verificado desde os anos 70 fez surgir um novo ator social, o denominado Terceiro Setor, composto por um conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visam atender direitos sociais básicos, combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico (SZAZI, 2001).

As iniciativas do terceiro setor podem ser observadas através de movimentos, associações e organizações não-governamentais. Esse setor tem como prioritários os mecanismos voluntários, de solidariedade humana, apelando para o senso de interesse público (KISIL, 1997).

A noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado, constituindo-se na terceira dimensão da vida pública. Em vez de sugerir a idéia de uma arena para a competição econômica e a luta pelo poder político, passa a ter outros significados, como um campo onde prevalecem os valores sociais e culturais, tais como crenças e costumes.

Não se trata apenas de pressionar o Estado para reivindicar direitos, mas de modernizar a própria sociedade civil, transformando as estruturas tradicionais de dominação, exclusão e desigualdade que, fora do aparelho do Estado, se encontram enraizadas em instituições, normas, valores e identidades coletivas.

Teoricamente, o terceiro setor distingue-se do setor público por sua atuação descentralizada, sua estrutura desburocratizada, bem como pelo seu contato permanente com a população-alvo. As organizações do público não-estatal possuem, em geral, flexibilidade e agilidade de gestão, apresentando eficácia na realização de seus objetivos sociais e eficiência no emprego de

meios bem superior à do setor público, marcado usualmente pela burocracia e lentidão de procedimentos administrativos.

As organizações não-governamentais (ONGs) fazem parte desse novo setor e, de acordo com Kiener (2001), pretendem, acima de tudo, despertar a consciência política e social de seu público, promover mudanças de atitudes e intensificar suas atividades na discussão e definição de políticas públicas. As idéias e os valores das ONGs são transformados em ações por meio de projetos que são elaborados, aprovados, financiados e implementados. Esses projetos variam conforme a vocação de cada ONG, o orçamento disponível, a localização, a aptidão geográfica, os interesses e as necessidades do público (KIENER, 2001).

“ONG”, ou “Organização Não-Governamental”, é uma expressão que nasceu na ONU no pós-guerra, mas que não havia sido muito usada em contextos políticos ou sociológicos. Foi na consolidação dos movimentos sociais dos anos 80 que as ONGs encontraram justificativa para sua atuação, que começava a ser registrada na grande imprensa, sobretudo através das seções especializadas em política nacional. As ONGs, por sua natureza, não existem para substituir o Estado, nem para funcionar como complemento de sua atuação; elas são organizações que objetivam a “articulação da sociedade civil, a conquista da cidadania, a conquista dos direitos pelas classes populares” (FASE/IBASE/CENPLA, 1986, citado por ASSUMPÇÃO 1993).

Na legislação brasileira o termo ONGs não existe; juridicamente, elas são sociedades civis sem fins lucrativos, podendo ter registro legal de sociedades civis ou de associações – e a lei usa as duas expressões – e também de fundações, o que é menos freqüente.

Em 1986 foi realizado no Rio de Janeiro o “Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros”, motivado pela criação de redes institucionais e de identidades comuns que vinham sendo desenvolvidas na região dos Andes. Esse encontro, que contou com a presença de 33 entidades brasileiras e algumas internacionais, teve como ponto principal refletir mais profundamente sobre a identidade que essas organizações tinham e que deveriam assumir de fato, deixando de ser pequenas entidades fragmentadas com características próprias. A multiplicação das ONGs no Brasil foi percebida nos anos posteriores a esse encontro (ASSUMPÇÃO, 1993).

Em 1991, foi fundada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), logo após a realização do Primeiro Encontro Internacional de ONGs, que teve a participação de mais de 100 ONGs brasileiras (dados do IBASE/PUNUD, 1992, citado por ASSUMPÇÃO, 1993). Na entrevista com um dos diretores da ABONG em 1992, Assumpção (1993) transcreve as declarações desse diretor: “a complexidade da sociedade civil popular nos levou a uma especificação mais clara do papel de atores, a resgatar nosso próprio papel, nossa identidade como atores, com relação ao problema do desenvolvimento, que vai assumir cores novas nos inícios dos anos 90”. Essa declaração demonstra que desde o início do fortalecimento das ONGs a preocupação com a questão do desenvolvimento já constava em seus discursos, e hoje elas exercem um papel fundamental na discussão sobre formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

De acordo com Scherer-Warren (1999), as organizações não-governamentais se consideram como não-mercado e não-governamental, o que propicia as críticas ao desenvolvimento que esses dois setores têm fomentado. A autora afirma que, se a esfera do mercado tende a se orientar por uma racionalidade instrumental que visa o lucro, segundo a lógica da acumulação, e se a esfera do Estado se engaja numa racionalidade instrumental de luta pelo poder político, objetivando a hegemonia e o controle de mecanismos de dominação, é na esfera da sociedade civil que se encontraria a possibilidade da construção de uma racionalidade ética, comunicativa, que se orienta para o bem comum.

A sobrevivência dessas organizações, bem como os financiamentos de seus projetos, dependem de recursos provenientes do Estado, da iniciativa privada e também de outras ONGs. Os recursos a elas destinados são liberados mediante a aprovação de programas e projetos, com objetivos bem definidos e com recursos destinados a um período de tempo específico, o que limita a atuação das ONGs e a continuidade dos projetos.

De acordo com Kiener (2001), essas organizações possuem uma grande diversidade em termos de origem, objetivos e público a ser atendido; no entanto, elas apresentam também características ideológicas comuns, dentre as quais se destaca o uso do conceito de desenvolvimento sustentável.

Scherer-Warren (1999) afirma que, de forma genérica, os campos de atuação das ONGs podem ser definidos a partir de três referenciais: a filantropia, o desenvolvimento e a cidadania. Com relação à filantropia, as ONGs têm uma atuação assistencialista, levando em consideração as condições de miséria e as carências primárias de amplos contingentes populacionais. Já em termos de desenvolvimento, as ONGs elaboram suas intervenções, sobretudo, através de programas e projetos, envolvendo treinamento, assistência técnica e extensão rural, a fim de criar condições de desenvolvimento em populações carentes da América Latina. Finalmente, no campo da cidadania, as ONGs, juntamente com os movimentos sociais, lutam contra o imperialismo econômico e político (sistema de dominação externa), contra as ditaduras militares (sistema de autoritarismo interno) e, mais recentemente, pela inclusão social, entendida de forma ampla, como a possibilidade de acesso a direitos e serviços básicos.

Nos últimos anos, o paradigma do crescimento econômico começou a ser questionado pelas ONGs, devido a diversas críticas aos modelos de desenvolvimento e suas conseqüências, passando-se a priorizar a sustentabilidade ecológica e a justiça social como precondições do desenvolvimento (SCHERER-WARREN, 1999). Nesse sentido, as ONGs têm tentado propor formas alternativas de produção e de desenvolvimento com vistas à sustentabilidade. Santos (2002) afirma, no entanto, que as iniciativas de produção alternativa são freqüentemente frágeis, precárias e que o risco de cooptação, fracasso econômico ou desvirtuamento dos projetos alternativos é muito elevado. De acordo com esse autor, a solução mais adequada para superar essa fragilidade seria a integração das iniciativas em redes, compostas por iniciativas similares e por entidades diversas.

De acordo com FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS (1992), a responsabilidade de construção do desenvolvimento sustentável ficou a cargo do terceiro setor, mais especificamente discutido e trabalhado pelas ONGs. Entretanto, a transferência da responsabilidade do Estado para o terceiro setor não é total, como pretende o discurso das ONGs, pois na prática a total independência entre os dois setores nunca existiu. A justificativa para esse fato é explicada por Gohn (1997), que ressalta a questão financeira como um dos nódulos principais da relação dos movimentos sociais e das ONGs com o

Estado, pois diversos financiamentos dos projetos dessas ONGs são provenientes de recursos estatais e até mesmo privados, o que demonstra a interdependência do terceiro setor em relação aos demais setores da economia.

### **2.3.1. As redes de ONGs**

Os últimos anos do século XX correspondem à transição entre a crise da economia e a implementação de um novo regime de acumulação, que, a partir de 1970, tende a dominar no século XXI. A essência do novo regime é a internacionalização crescente da economia capitalista associada à nova forma de produção introduzida pela revolução tecnológica da microeletrônica e da comunicação, com base no conhecimento científico e na informação (BECKER, 1993). Nesse contexto, esse autor afirma que o significado histórico específico da introdução de novas tecnologias é a criação de novas estruturas de relação espaço-tempo. A velocidade é o elemento-chave nesse processo, capaz de alterar não só o complexo técnico-produtivo civil e militar, como também as relações sociais de poder; ela é alcançada pela multiplicação de redes técnicas de circulação e comunicação.

Castells (1999), analisando a sociedade da informação, conceitua rede como um conjunto de nós interconectados, considerando nó o ponto no qual uma curva se entrecorta. De forma concreta, o que um nó é depende do tipo de redes concretas que ele compõe. Nesse sentido, uma rede pode ser o mercado de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais; os conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia; ou um conjunto de organizações que se articulam com a finalidade de propor alternativas para o desenvolvimento.

Redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com

base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada (CASTELLS, 1999).

De acordo com esse autor, as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

No cenário da globalização, nos campos da informação, da cultura e da ação política, a interação entre novos atores da sociedade civil tende a realizar-se de forma descentralizada, assumindo a metáfora de rede: de informação, de comunicação e de formato organizacional. A formação de redes interorganizacionais – por exemplo, entre ONGs ambientalistas – tem por característica a não-centralidade organizacional e a não-hierarquização do poder. As redes – sejam de informação, de intercâmbio temático ou para pressão nos campos simbólicos e políticos – caracterizam-se por seus novos formatos organizativos, em que as relações sociais são mais horizontalizadas, complementares e, portanto, mais abertas ao pluralismo e à diversidade cultural (SCHERER-WARREN, 1999).

O fortalecimento da sociedade civil está associado à capacidade dos sujeitos sociais de se articularem, tornando-se atores de ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública. Nessa direção, as ONGs têm sido mediadoras destacadas, tecendo redes entre movimentos sociais comunitários, movimentos sociais nacionais e transnacionais (SCHERER-WARREN, 1999).

O conceito de redes, segundo essa autora, foi incorporado pelas ciências sociais na década de 1940 e vem se constituindo, nos anos recentes, num paradigma de análise bastante usado, porém com significados diversos. O termo rede é utilizado tanto pela ciência, como conceito teórico ou metodológico, quanto por atores sociais, que passaram a empregar essa noção para se referirem a determinado tipo de relação ou prática social.

Essa autora define as redes de movimentos sociais como interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos.

Ainda de acordo com a autora, a idéia de rede implica admitir a complexidade do corpo social, composto de setores e agrupamentos sociais heterogêneos, campos de múltiplas contradições, diversidades e discursos plurais, em que opera não apenas a lógica do conflito, mas também da cooperação e da solidariedade, concebendo esta última como responsabilidade social com o bem comum.

### **2.3.2. As ONGs no contexto atual**

De acordo com um estudo recentemente publicado pelo IBGE (2004) sobre as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, já é possível mapear essas organizações no cenário nacional. O estudo analisou o perfil dessas organizações em 2002, identificando quantas são, onde estão localizadas, qual a idade, o porte, o que fazem, quantos empregam e qual a remuneração de seus funcionários. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos – FASFIL, segundo o IBGE (2004), compreendem as instituições sem fins lucrativos que possuem o seguinte perfil: privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias. As ONGs estudadas nesta pesquisa estão inseridas neste grupo de organizações.

De acordo com estudo do IBGE, as FASFILs tiveram um crescimento expressivo entre os anos de 1996 e 2002, pois o número dessas entidades mais que dobrou, passando, nesse período, de 107 mil para 276 mil – o que correspondeu a um aumento de 157%. Na área de meio ambiente e desenvolvimento e defesa de direitos houve quadruplicação do número de entidades, com aumento de 309% e 303%, respectivamente.

O estudo demonstra também que 44% dessas organizações se encontram na Região Sudeste, estando 13% delas no Estado de Minas Gerais,

e que 77% não possuem empregados. Entretanto, 23%, correspondente às organizações que empregam, possuem 1,5 milhão de assalariados, o que pode ser considerado um número significativo. A remuneração, em média, desses assalariados é de 4,5 salários mínimos por mês, enquanto a média de todas as organizações integrantes do Cadastro Central de Empresas do IBGE é de 4,3 salários mínimos.

As ONGs, como foi visto anteriormente, exercem papel importante no contexto atual da sociedade brasileira. Entretanto, elas vêm recebendo diversas críticas, que vão desde o financiamento de seus projetos, pois grande parte dos recursos vem do Estado, passando pelos benefícios legais concedidos a essas organizações e chegando até no âmbito de ética em sua gestão.

De acordo com Roche (2000), essas críticas envolvem cinco elementos principais: crescente pressão sobre as ONGs para que demonstrem os resultados e o impacto de seu trabalho; crescente concorrência entre elas; crescente necessidade de um perfil para levantar recursos; incipiente aprendizagem e responsabilidade institucional; e falta de normas e padrões profissionais. Segundo esse autor, esses elementos se combinam para produzir um enorme espaço vazio entre a retórica das agências e a realidade dos resultados, ou seja, existe uma defasagem entre o discurso e a prática das ONGs.

Roche (2000) cita um estudo feito pelo *Expert Group on Evaluation* em 26 países, analisando 240 projetos de ONGs, que concluiu que o verdadeiro impacto do trabalho de desenvolvimento desses projetos era pouco claro e que havia pouco consenso sobre quais ferramentas e métodos eram mais apropriados para sua determinação.

De acordo com um dossiê elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo (29/08/2004), o terceiro setor e suas organizações vêm “desenhando uma área cinzenta de intersecção com o Estado”, devido principalmente a uma gama infindável de áreas nas quais serviços podem ser contratados sem licitação, justificados pelo “notório saber” através de contratos de parceria e convênio com o Estado. “Os consultores são contratados por intermédio de fundações, institutos de pesquisa e ONGs”. Concorrem com vantagens sobre outras empresas. O motivo: teoricamente, são os únicos a deter uma técnica, o

notório saber, ou têm “inquestionável reputação ético-profissional” e “atuam sem fins lucrativos”. Dessa maneira, essas organizações têm concorrido com a iniciativa privada na prestação de serviços de forma desleal, pois não precisam enfrentar o processo de licitação.

De acordo com pesquisa realizada pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, citada por este jornal, com mais de 3 mil ONGs, de setembro de 2003 até meados de 2004, 55% dessas organizações se mantinham com recursos públicos.

As críticas devem ser recebidas e analisadas por essas organizações como uma forma de crescimento, a fim de que elas possam rever seu papel na sociedade e atuar segundo sua lógica de fundação – como organizações que surgiram a partir dos movimentos sociais – e não acompanhando a lógica de mercado representada pelas empresas.

### **3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O modelo tradicional de desenvolvimento, exposto no capítulo anterior, gerou para a sociedade o que Dean (1996) chamou de “desenvolvimentos insustentáveis”; segundo esse autor, ao longo da história brasileira foi possível observar modelos, práticas e imagens acerca de um desenvolvimento apenas econômico, alicerçado em formas insustentáveis, que causou irreparáveis danos ao meio ambiente.

Para esse autor, o imaginário popular sobre esse estilo de desenvolvimento pode ser representado em vários momentos históricos: pelo velho provérbio brasileiro “Quem vier depois que se arranje”; pela fala de representantes políticos, como o Senador José Sarney, na década de 1960, que afirmou: “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”; pela conclusão do maior madeireiro do Brasil em 1975, quando indagado se havia pensado seriamente nas conseqüências da poluição: “A conseqüência é o lucro”; e, ainda, pela “contribuição” do representante brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1972, com seu comentário populista: “A pior forma de poluição é a pobreza”.

O mesmo autor, ao analisar a destruição da Mata Atlântica, afirma que: “Durante a década de 70, a escala e velocidade dos projetos de

desenvolvimento do governo militar atingiram um clímax que não resultou apenas em crise econômica, mas também em uma tempestade conjunta de desastres ambientais, descreditando sua propalada preocupação com a segurança nacional”. Segundo esse autor, o mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento talvez tenha sido o dos projetos hidrelétricos, pois desde o início do século XX milhares de quilômetros quadrados de floresta tropical haviam sido eliminados para gerar e transmitir eletricidade.

Tendo em vista o cenário de insustentabilidade gerado pelo modelo tradicional de desenvolvimento, Becker (1993) compara tal modelo com a proposta do desenvolvimento sustentável e afirma que esse novo modelo consiste em uma alternativa adequada ao desenvolvimento, fundamentando-se em três princípios básicos: o princípio de uma nova racionalidade no uso dos recursos; o princípio de diversidade e uso das potencialidades autóctones em recursos naturais e humanos, significando uma valorização seletiva das diferenças; e o princípio da descentralização, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas, sobretudo, a forma inovadora de planejamento e governo, a gestão do território, entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento. Privilegia-se, assim, o poder local como base do desenvolvimento, o que o modelo anterior desconsiderou.

### **3.1. Conceitos**

A COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991) definiu desenvolvimento sustentável como um modelo que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Esse modelo contém dois conceitos-chave:

- O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade.

- A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

No tocante às necessidades, a Comissão afirma que elas são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar. Com relação às limitações, a Comissão declara que o conhecimento acumulado e o desenvolvimento tecnológico podem aumentar a capacidade de produção da base de recursos. Entretanto, ela enfatiza a existência de limites extremos e o fato de que, para que haja sustentabilidade, é preciso que, bem antes desses limites serem atingidos, se garanta acesso equitativo ao recurso ameaçado e se reorientem os esforços tecnológicos no sentido de aliviar a pressão sobre o meio.

Em essência, a COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991) afirma que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

A questão do desenvolvimento sustentável tem sido muito discutida; contudo, há controvérsias quanto à eficácia de seus resultados, gerando algumas polêmicas entre autores. Sachs (1986) concebe o meio ambiente como uma dimensão do desenvolvimento e que, portanto, deve ser internalizado em todos os níveis de decisão. Para ele, o desenvolvimento sustentável é uma alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento. Já Santos (2002) cita a tese de Daly, que acredita ser impossível atingir o desenvolvimento sustentável, pois essa forma de desenvolvimento implica crescimento, o que é impossível de se sustentar sem destruir as condições de vida sobre a Terra.

Neste capítulo, o desenvolvimento sustentável será conceituado por diversos autores que comungam de idéias que se aproximam das de Sachs, ou

seja, que concebem desenvolvimento sustentável como uma proposta possível e capaz de ser atingida.

Um dos autores que iniciou a discussão sobre ecodesenvolvimento nos anos 70, Ignacy Sachs, recentemente elaborou um conceito mais amplo sobre desenvolvimento sustentável. Para ele, a implementação desse conceito envolve oito critérios básicos de sustentabilidade. São eles:

1. **Social:** alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida descente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
2. **Cultural:** mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
3. **Ecológico:** preservação do potencial do capital da natureza na sua produção de recursos renováveis; limitação do uso de recursos não-renováveis.
4. **Ambiental:** respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
5. **Territorial:** - configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas na alocação do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
6. **Econômico:** desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
7. **Político (nacional):** democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

8. **Político (internacional):** eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de *negócios*; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica e cultural, gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

A tipologia de Sachs forneceu a base desta pesquisa, sobre a qual foram elaborados alguns indicadores que permitiram avaliar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade por parte das ONGs que atuam no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

### 3.1.1. A evolução do conceito

No início da década de 1970 surge o conceito de ecodesenvolvimento como uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento, que posteriormente, na década de 1980, deu origem ao que se chama hoje de desenvolvimento sustentável.

Guzmán (1998) aponta os eventos ocorridos no âmbito internacional que foram construindo a proposta de desenvolvimento sustentável, como a Conferência de Estocolmo em 1972, com um primeiro aviso da deterioração ambiental; os trabalhos do Clube de Roma entre 1972 e 1974, quando foram feitos os primeiros estudos oficiais sobre a deterioração ambiental; o Relatório Global Ano 2000 em 1980, sendo o primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera; o Relatório Brundtland, feito pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento em 1987, produzindo a primeira

discussão do método para encarar a crise ecológica e a elaboração do conceito oficial de desenvolvimento sustentável; e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, com um código de comportamento a ser seguido no século XXI, entre outros aspectos.

De acordo com esse autor, a definição oficial do desenvolvimento sustentável se encontra imersa, desde sua formulação, em uma profunda polêmica de natureza multidisciplinar entre orientações teóricas<sup>2</sup> do pensamento liberal e do pensamento alternativo.

Guzmán (1998) ressalta que a abordagem da origem, da evolução e das perspectivas do desenvolvimento sustentável, principalmente no âmbito rural, é uma tarefa bastante complexa devido a vários motivos, dentre os quais se destaca a ausência de um consenso mínimo sobre a caracterização de uma estratégia de mudança e o fato de o tema pode ser abordado sobre múltiplos aspectos. A abordagem que norteou este trabalho teve como referência principal a teoria de Ignacy Sachs, pesquisador renomado que estuda a questão do desenvolvimento sustentável desde a origem do conceito.

Sachs (1986) conceitua ecodesenvolvimento como um modelo de desenvolvimento que, em cada eco-região, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas de longo prazo.

Esse autor concebe o meio ambiente como uma dimensão do desenvolvimento e que, portanto, deve ser internalizado em todos os níveis de decisão. Isso também foi discutido pela Comissão de Brundtland em 1987, a qual estabeleceu que o desenvolvimento econômico não deveria comprometer o desenvolvimento das gerações futuras.

Barbieri (1997) define desenvolvimento sustentável como uma nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social.

---

<sup>2</sup> Guzmán (1998) define como orientações teóricas o conjunto de idéias e enfoques que, no contexto de uma conjuntura histórica e produto de um contexto intelectual e político, servem de guia para elaboração de estratégias teóricas e metodológicas.

Segundo Schettino e Braga (2000), a questão da sustentabilidade incorpora, além do aspecto econômico, também as esferas ambiental e social, estabelecendo novos parâmetros para o funcionamento da economia, em que a capacidade de suporte dos ecossistemas ou das terras para sustentar populações humanas e o acesso aos recursos naturais passaram a ser as bases para o estabelecimento de políticas que objetivam atingir melhor distribuição de custos e benefícios socioambientais. O desenvolvimento sustentável busca integrar três pontos de vista:

- **O dos economistas** – cujos métodos enfatizam a maximização da rentabilidade, mas que devem procurar maximizar também o bem-estar humano dentro dos limites do estoque de capital, das tecnologias disponíveis e dos recursos naturais, buscando valorizar a importância do capital natural.
- **O dos ecologistas** – que enfatizam a preservação da integridade dos ecossistemas fundamentais para a estabilidade global do planeta.
- **O dos sociólogos** – que dão ênfase aos seres humanos enquanto atores principais, cujos processos de desenvolvimento social podem levar ao comprometimento com um desenvolvimento equilibrado.

Outra dimensão do desenvolvimento sustentável, conforme Thibau (2000), é o atendimento das aspirações da sociedade sem comprometer as necessidades das gerações futuras. No campo específico da agricultura, essa dimensão é a sustentação da produção por meio de conservação e manejo dos recursos naturais, de tal sorte que no futuro ter-se-á a mesma ou maior produção, com todos os cuidados com o meio ambiente.

Dentro dessa concepção, o mesmo autor conceitua desenvolvimento sustentável como uma questão de ordenamento integrado que combina tecnologia apropriada com a plena utilização dos recursos naturais, mantendo a população e o progresso humano, especialmente, em suas aspirações de qualidade de vida. Logicamente, só haverá sucesso se forem criadas condições básicas para empregos e retornos econômicos, além dos benefícios ambientais.

Thibau (2000) afirma que a transição para o desenvolvimento tem por principal escopo evitar as grandes ameaças que abalam o mundo e que podem

ser explicadas por três fatores: desenvolvimento desigual, aumento populacional e pobreza. A interação desses fatores deteriora o ambiente e se constitui em preocupações que podem ser sintetizadas em um só grande desafio: vencer as ameaças ecológicas e econômicas. As ecológicas são: fome, poluição e uso nocivo de substâncias que agredem o meio ambiente; as econômicas envolvem: dívida, investimento e preços relativos. Só se conseguirá o objetivo de manter o progresso humano se se atender às necessidades humanas e às leis naturais que governam a conservação dos recursos terrestres. Assim, o caminho da transição para o desenvolvimento sustentável é longo e terá de ser realocado para evitar o abismo da decadência, da moratória e da insulação econômica.

O conceito de desenvolvimento sustentável vem passando por uma evolução que, como visto, se inicia com o conceito de codesenvolvimento nos anos 70, o qual, em seguida, é oficialmente conceituado pelo Relatório Brundtland no final dos anos 80, em que autores passam a considerar as dimensões não só ecológicas, mas também econômicas, sociais, culturais e políticas; a partir de Sachs (2002) constrói-se um conceito mais elaborado, incorporando e desmembrando outras dimensões, como visto no item anterior.

Diegues (2001:52) propõe um conceito ainda mais abrangente que o de desenvolvimento sustentável, que é o de sociedades sustentáveis, o qual implica que cada uma delas pode definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. A noção de sociedades sustentáveis desse autor se baseia nos estudos de Chambers (1986), o qual considera que as pessoas, sobretudo as mais pobres, devem ser sujeitos – e não objetos – do desenvolvimento e que a sustentabilidade deve se referir aos modos de vida específicos (*sustainable livelihoods*). O conceito de Diegues é concebido pelos críticos como uma visão romântica da sociedade, consistindo na prática como uma utopia.

De acordo com Diegues (2001:53), para existir uma sociedade sustentável é necessária a sustentabilidade ambiental, social e política, configurando-se em um processo e não em um estágio final. Ao mesmo tempo, ele não propõe um determinado sistema sociopolítico que dure para sempre, mas que deva ter capacidade para se transformar.

### **3.2. Desenvolvimento rural sustentável**

Com a difusão dos produtos da chamada Revolução Verde, na década de 1960, os países latino-americanos se engajaram em uma nova forma de produção, fundamentados basicamente em princípios de aumento de produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, implantando um grande programa, conhecido como “pacote tecnológico” (ALMEIDA, 1998). Na implantação desse programa no Brasil tiveram papel fundamental as instituições governamentais de ensino, pesquisa e extensão, além das empresas nacionais e internacionais, que divulgaram as “vantagens” do modelo de desenvolvimento, tendo na tecnologia seu ícone mais sedutor.

A agricultura que emergiu nesse período seguiu a lógica do modelo modernizante: acreditava-se que as transformações que estavam ocorrendo na agricultura iriam gerar desenvolvimento. Entretanto, isso não ocorreu para todas as classes sociais do campo: se, por um lado, aumentou a produtividade, por outro, gerou vários problemas nos âmbitos sociais, econômicos e ecológicos, atingindo não só o campo, mas refletindo também no meio urbano, através do êxodo rural.

A partir do exposto anteriormente e com base em Almeida e Navarro (1998), foi possível construir o Quadro 1.

Quadro 1– Comparação dos efeitos da Revolução Verde entre as categorias de grande e pequeno produtor rural

<b>Categoria</b>	<b>Resultado</b>
1) Grande produtor	Modernização da agricultura: alta produção e elevados rendimentos.
2) Pequeno produtor	Proletarização de parte significativa dos pequenos produtores e êxodo rural.

A noção de desenvolvimento preconizada pela modernização da agricultura buscou incentivar as unidades produtivas mais avançadas, a fim de que elas reproduzissem mais e eliminassem as mais atrasadas, que não tinham chance de recuperar o atraso tecnológico e produtivo. Nesse contexto, o êxodo rural passou a ser admitido como inexorável e necessário, no sentido de permitir aos mais dinâmicos que se desenvolvessem em boas condições (ALMEIDA e NAVARRO, 1998).

A degradação ambiental e as desigualdades sociais são elementos constitutivos do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira desde o início da colonização. No entanto, foi a partir da década de 1960 e, sobretudo, desde os anos 70 que a crise socioambiental se intensificou e se ampliou em níveis sem precedentes, como resultado de rápidas e profundas transformações na organização física, técnica e social do espaço rural (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992: 106).

A utilização do conhecimento acumulado pelos povos que tradicionalmente interagem com o meio ambiente e a sua transmissão de geração a geração contribuíram diretamente para o desenvolvimento e a sustentação de uma ampla variabilidade genética, que compõe um riquíssimo patrimônio. Com o advento da modernidade, entretanto, todo o patrimônio natural tem sofrido uma perda acentuada de genes, o que coincide com a redução da agricultura familiar tradicional e a fragmentação de saberes e práticas ancestrais.

A noção de desenvolvimento rural sustentável, segundo Almeida (1998), citando Schimtt (1995), tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Essa noção nasce da compreensão de que os recursos naturais são finitos e das injustiças sociais provocadas pelo modelo tradicional de desenvolvimento mencionado no item 2.1.

Com as estratégias convencionais de desenvolvimento, observou-se uma crise em que o desenvolvimento igualitário e sustentável jamais poderia ser alcançado. Os resultados da maioria dos programas de desenvolvimento provocaram o que se denomina de “crescimento com miséria” (ALTIERI e MASERA, 1998).

Para esses autores, qualquer estratégia básica para se atingir o desenvolvimento rural sustentável deve ter em vista as prioridades de cada região, tendo como metas:

- Redução da miséria.
- Abastecimento adequado de alimentos e auto-suficiência.
- Conservação dos recursos naturais.
- Autonomia das comunidades locais e participação efetiva dos pobres das áreas rurais no processo de desenvolvimento.

Almeida (1998) afirma que no Brasil as ONGs são as precursoras na utilização do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável e que essas organizações inicialmente se basearam nas tecnologias alternativas para explicar os conceitos supracitados. Esse autor cita o Centro de Tecnologias Alternativas Populares, do Rio Grande do Sul, que conceitua a agricultura sustentável como aquela que está voltada para a produção de alimentos saudáveis para a população, com base em sistemas diversificados que restaurem as condições ecológicas da produção, encarando os sistemas agrários como ecossistemas cultivados, cuja reprodução ecológica e social deve balizar os métodos de exploração econômica.

Kaimowitz (1998) afirma que as ONGs têm um trabalho eficaz relacionado com a agricultura sustentável, apresentando como aspectos positivos do trabalho dessas organizações: a criação de instâncias nacionais e regionais para construir consensos sobre políticas públicas e intercambiar

experiências, metodologia e materiais; e a realização de atividades de forma conjunta, formando as redes de ONGs. Entretanto, chegam a atender apenas uma fração marginalizada de agricultores. A grande maioria das ONGs que trabalham com esses temas é pequena, com limitada capacidade técnica e pouco apego real entre os agricultores, os quais supostamente apóiam. O autor ressalta ainda que essas organizações dependem em grande escala de fundos externos da Europa e dos Estados Unidos, o que é preocupante, visto que tais fundos podem diminuir.

Muitas ONGs ressaltam a importância de “aprender” com os agricultores e de resgatar a tecnologia autóctone, porém poucas conseguem fazê-lo de forma sistemática. Também há uma lacuna muito grande quanto ao discurso da maioria das ONGs sobre a participação dos agricultores em seus programas e a situação real (KAIMOWITZ, 1998).

No capítulo seguinte será retratado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e seu entorno, envolvendo, entre outros aspectos, a história de ocupação, criação do parque e participação social.

## **4. PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO E SEU ENTORNO**

### **4.1. A unidade de conservação**

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) é uma Unidade de Conservação (UC). As unidades de conservação brasileiras são espaços geográficos delimitados, oficialmente protegidos por ato do Poder Público.

Até o ano 2000 as UCs eram criadas a partir do Plano de Unidades de Conservação criadas pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e pelo Regulamento Nacional de Parques, no final dos anos 70. Por esse sistema, diversas unidades foram criadas sem o devido planejamento, não atingindo os objetivos de conservação da biodiversidade, nem de proteção de espécies endêmicas ameaçadas, e tampouco promovendo desenvolvimento regional, gerando o que se conhece como “parques de papel” (LIMA, 2003). Visando eliminar os riscos da criação desses “parques de papel”, foi aprovado pelo Congresso Nacional um novo sistema de áreas protegidas ou Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985, de 18 de julho de 2000). Este novo Sistema vem consolidar uma série de normas e discussão

acerca das Unidades de Conservação, suas diversas categorias, sua forma de implantação e manejo (LIMA, 2003).

De acordo com o artigo 7º do SNUC, as unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas:

**I - Unidades de Proteção Integral** – tem como objetivo básico preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais, garantindo, dessa forma, a manutenção dos ecossistemas sem alterações causadas por interferência humana. Cinco categorias fazem parte do grupo das Unidades de Proteção Integral:

- a) Estação Ecológica;
- b) Reserva Biológica;
- c) Parque Nacional;
- d) Monumento Natural; e
- e) Refúgio de Vida Silvestre.

**II - Unidades de Uso Sustentável** - áreas onde a exploração do ambiente é permitida de maneira que garanta a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. O grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto, por sua vez, das seguintes categorias:

- a) Área de Proteção Ambiental;
- b) Área de Relevante Interesse Ecológico;
- c) Floresta Nacional;
- d) Reserva Extrativista;
- e) Reserva de Fauna;
- f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- g) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Como as Unidades de Proteção Integral permitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais, este impossibilita a presença de populações humanas dentro dessas unidades, ficando, portanto, a categoria de Parques Nacionais impedida de abrigar dentro de seus limites as comunidades tradicionais que habitam as áreas que se tornaram protegidas por este grupo, sendo estas desapropriadas. Ao longo da criação de parques, no Brasil e também no mundo, observa-se uma reação negativa dessas comunidades no

processo de criação de parques. Essa reação é facilmente justificável pelo que foi visto anteriormente (vide item 2.2) com relação aos custos de transação, pois essas populações são obrigadas, por dispositivo legal, a arcarem sozinhas com o custo social e cultural de abandonarem as áreas nas quais desenvolveram toda sua vida, bem como a sua casa, sua produção e seu modo de vida, para que pessoas que não têm nenhuma relação direta com a área possam pesquisá-la, desfrutar de suas belezas e se divertir.

Atualmente, existem diversas discussões sobre o fato de as populações locais habitarem áreas preservadas; se, por um lado, os antropólogos lutam para que essas populações permaneçam nas áreas, alguns ambientalistas têm uma visão oposta. Diegues (1999) retrata bem a visão antropológica sobre as populações tradicionais e as Unidades de Conservação. O argumento de Diegues é de que as comunidades tradicionais estão relacionadas a um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, com o uso de recursos naturais renováveis, cujo sustento da família é proveniente desses recursos, sendo eles de fundamental importância para sua forma de produção, na qual o conhecimento é passado de geração em geração. Para esse autor, a conservação dos recursos naturais é parte integrante da cultura dessas comunidades, o que reforça o pensamento de que estas não devem viver afastadas das áreas protegidas.

Em contraposição às idéias antropológicas anteriormente mencionadas, alguns ambientalistas argumentam que as populações interferem no meio e que estão cada vez mais utilizando técnicas de produção não compatível com a preservação, como as difundidas pela Revolução Verde. Segundo Costa (2003), a idéia de que populações tradicionais vivem em suposto equilíbrio ou harmonia com o seu ambiente é, no melhor dos casos, uma hipótese ainda a ser testada. Entretanto, os registros (históricos, antropológicos e econômicos) disponíveis parecem não combinar muito bem com a noção de que populações tradicionais vivem em harmonia ou exploram os recursos de modo ecologicamente sensato; ao contrário, as populações humanas tendem a explorar os recursos disponíveis até a exaustão, afirma esse autor).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a categoria Parque Nacional, quando criada pelo Estado, possui a denominação de Parque Estadual, como é o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), e se encontra dentro do grupo de Unidade de Proteção Integral.

De acordo com o artigo 11º do SNUC, o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

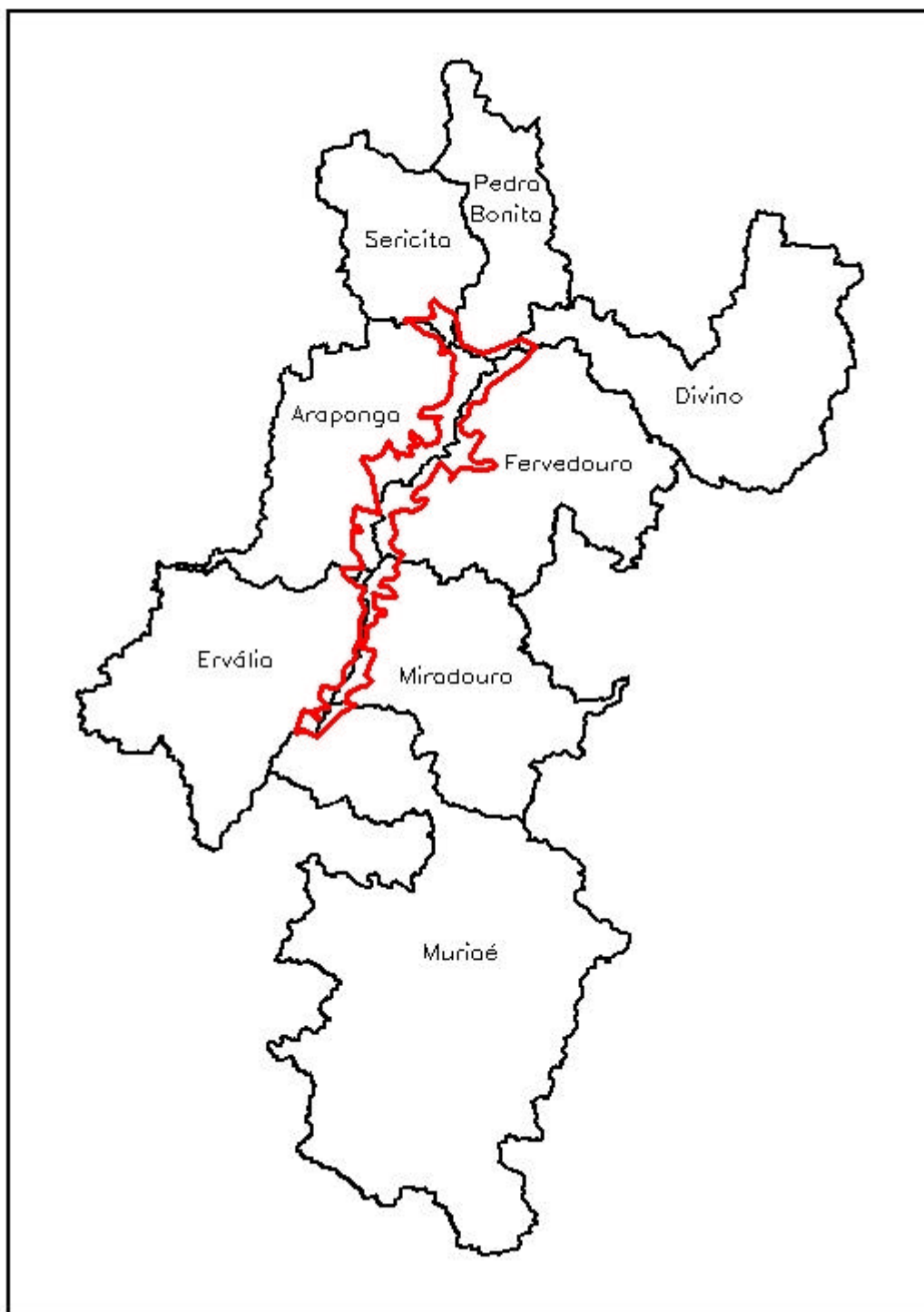
O primeiro Parque Nacional criado no mundo foi o de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872. Motivados pela iniciativa norte-americana, outros países iniciaram a criação de parques, como: Canadá, em 1885; Nova Zelândia, em 1894; Austrália, África do Sul e México, em 1898; Argentina, em 1903; Chile, em 1926; Equador, em 1934; e Venezuela e Brasil, em 1937 (LIMA, 2003). O primeiro Parque Nacional criado no Brasil foi o do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

No artigo 29 do SNUC (2000) consta que cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral irá dispor de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração – que no caso é o IEF – e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, a qual é composta, entre outras, pelas ONGs.

#### **4.2. Descrição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro está localizado na Zona da Mata mineira, entre as coordenadas de longitudes 42º 40' e 40º 20' oeste e latitudes 20º 33' e 21º 00' sul, abrangendo as áreas dos municípios de Araponga (41%), Ervália (8%), Muriaé (2%), Miradouro (12%), Fervedouro (27%), Divino (1%), Pedra Bonita (3%) e Sericita (6%). A localização da região do PESB dentro do Estado de Minas Gerais pode ser observada no Mapa 1, e a localização do PESB dentro dos municípios que fazem divisa com o Parque, no Mapa 2.





Fonte: IEF – CEDEF Viçosa – MG, 2005.  
Mapa 2 - Municípios que integram a área do PESB.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro foi criado em 27 de setembro de 1996 pelo Decreto n.º 38.319, abrangendo uma área de 13.210 ha. Encontra-se entre os picos rochosos de um dos prolongamentos das Serras da Mantiqueira e Caparaó, possuindo cotas altimétricas consideráveis, como a do Pico do Soares, Pico do Boné e Pedra do Pato, com altitudes que chegam a 1.980 m. O parque abriga tanto espécies endêmicas da Mata Atlântica quanto específicas da Serra do Brigadeiro, além de ser refúgio de espécies em risco de extinção, como é o caso do mucuri ou monocarvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), maior primata das Américas. Abriga também um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica, com grande extensão de florestas contínuas no Estado de Minas Gerais, ainda que, em sua maioria, em estágio secundário de sucessão, devido principalmente à venda de madeira para grandes serrarias e madeireiras em meados do século XX e também para a empresa Belgo Mineira, que utilizou parte da floresta para alimentar seus altos-fornos na década de 1960. Sua importância se relaciona, portanto, ao fato de ser um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica.

O ambiente da serra é úmido, sendo ela constantemente encoberta por neblina, o que proporciona o surgimento de epífitas em grande número. A vegetação é composta pela floresta de encosta, que é a floresta estacional semidecidual submontana, a qual se desenvolve ao longo das encostas da serra e topos mais baixos, e por campos de altitude; entre as duas existe uma área de transição, onde predominam espécies de porte arbustivo, não ultrapassando os 5 metros de altura. Os campos de altitude surgem a partir dos 1.600 metros, onde existe uma flora bem característica e diversificada, propiciando o aparecimento de espécies endêmicas (LEONI, 2004).

Esse autor ressalta ainda a importância da flora do Brigadeiro para os moradores locais, devido a uma rica biodiversidade, onde se encontram muitas espécies com valores medicinais e alimentícios que são utilizadas por moradores do entorno do PESB.

Conforme exige o artigo 29 do SNUC (2000), o PESB possui um Conselho Consultivo, que foi implantado no dia 5 de abril de 2004 por meio da Portaria n.º 021, de 17 de fevereiro de 2004. O Conselho segue as normas

legais expostas no artigo 29 da Lei SNUC 9.985/00. Os objetivos do conselho são:

- Agregar apoio político e institucional à gestão do parque.
- Obter a contribuição de cada parceiro.
- Auxiliar na sensibilização da população local sobre a conservação ambiental e propiciar a inserção do parque no desenvolvimento socioeconômico da região.

O mandato dos conselheiros é de dois anos, e eles não são remunerados.

O Conselho do PESB, particularmente, é composto por 36 representantes:

- Quatro do Instituto Estadual de Floresta.
- Oito de prefeituras dos municípios que fazem divisa com o parque: Araponga, Ervália, Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Divino, Sericita e Pedra Bonita.
- Quatro de organizações não-governamentais: CTA, Iracambi, CEPEC e CBCN.
- Dois da polícia ambiental das cidades de Carangola e Muriaé.
- Oito de órgãos federais ou estaduais, sendo dois de cada uma delas: EPAMIG, EMATER, UFV e FAFILE.
- Quatro de sindicatos de trabalhadores rurais: Araponga, Ervália, Muriaé, Miradouro.
- Seis representantes da comunidade local, sendo dois de Araponga, e mais um dos municípios de: Fervedouro, Ervália, Miradouro e Muriaé.



Fonte: Camila Costa Vitarelli, 30/09/2004.

Foto 1 - Vista geral da serra. Nos topos da montanha se encontra o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e, ao pé da montanha, o entorno e a população que habita a região.

#### **4.3. O entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)**

Lovejoy (1997) afirma ser prioritário reconhecer que cada Unidade de Conservação existe dentro de uma paisagem maior e dentro de um ecossistema mais amplo. Isso implica a inter-relação entre a unidade e seu entorno, fato que não pode ser ignorado, pois é importante reconhecer que a conservação da biodiversidade tem de ocorrer também fora da UC – em especial nas áreas que circundam a unidade. Nesse sentido, percebe-se a relevância do entorno para a conservação de um parque.

O entorno do PESB é composto basicamente por uma população tradicional, que, em grande parte, é de origem indígena, descendente dos Puri.

Nele residem aproximadamente 14.000 habitantes, compondo 1.900 famílias. Há predominância de pequenas propriedades rurais, e 97% delas possuem área menor que 100 hectares. As principais atividades econômicas da região são a cafeicultura, pecuária e agricultura de subsistência (milho, arroz, feijão, cana), com criação de pequenos animais (porcos e galinhas). As comunidades do entorno enfrentam dificuldades com relação à infra-estrutura (energia elétrica, vias de transporte etc.) e aos serviços públicos (saúde, educação etc.). Os principais fatores de pressão antrópica sobre os recursos

naturais ainda são o fogo (utilizado na limpeza de pastagens), o desmatamento (para abertura de novas áreas para a cafeicultura e pecuária), o parcelamento de unidades fundiárias, a mineração de calcário e o corte de madeira para serrarias. As famílias se utilizam ainda da extração de lenha, taquara, cipó, palmito, moirões, ervas medicinais e outros, retirados tanto das florestas do Parque quanto de suas reservas particulares. Algumas comunidades ainda utilizam trilhas através das florestas para estabelecerem relações interparentais (FONTES, 2000).

A presente pesquisa concebeu o entorno de acordo com o estudo “Aspectos socioeconômicos, relação com o entorno e educação ambiental”, de Ferreira et al. (2000), que considera como entorno do PESB as comunidades confrontantes aos limites do Parque mais as outras que estiverem localizadas acima da cota de 1.000 m de altitude, totalizando uma área de aproximadamente 21.800 ha.

No capítulo seguinte, onde se encontram os resultados desta pesquisa, as comunidades do entorno serão caracterizadas com maior propriedade, a partir de dados gerados pelas entrevistas com os moradores.

#### **4.4. História do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: ocupação, criação e participação social**

Até o século XIX a Serra que hoje chamamos de Brigadeiro tinha o nome de Serra dos Arrepiados. Esse nome foi dado em razão da presença dos índios “arrepiados”, que habitavam a serra. De acordo com a revista Arquivo Público Mineiro (1938:339), arrepiados eram os famosos índios da Serra de Araponga, que recebiam esse nome porque tinham cabelos em tufa arrepiada no alto da cabeça e infundiam grande pavor aos colonos do século XVIII.

Segundo Ribas (2003), os índios Puris eram hábeis pescadores que viviam originalmente no litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro. No entanto, tiveram que se adaptar às regiões serranas a partir do ano de 1500, em consequência da chegada dos portugueses e também da escravidão. Os “arrepiados” pertenciam à etnia dos Puri, de origem Tupi, que se instalaram no

Vale do Rio Pomba (região da Mata Mineira), de onde foram expulsos pelos Goitacá do Rio Muriaé e pelos Carijó (da região entre Barbacena e Queluz); gradativamente, foram se internando pela região mais a leste (Chopotó e Piranga), até chegarem à serra.

De acordo com o “Roteiro da viagem a Serra dos Arrepiados”, escrito pelo Capelão Manoel Luiz Branco, foi realizada uma expedição que se iniciou no dia 19 de julho de 1780, a qual provavelmente teria saído da atual Ouro Preto e seguido a leste rumo às divisas entre Minas, Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro. O objetivo da viagem era converter os índios Puri à religião católica. O documento menciona que eles iam “sempre a leste a fim de se reduzir a nossa Santa Religião a nação dos Genticos Porizes”.

No relatório apresentado por J. P. Xavier da Veiga ao governo mineiro sobre as questões de limites entre a Província de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro, citado pela revista APM (1899:343), ele caracteriza uma das serras que compõe a Serra do Brigadeiro, a Serra de São Domingos, da seguinte maneira: “Serra de São Domingos, sempre reconhecida e guardada como tal, desde remotos tempos, pelos moradores daquele território, já dividido em distritos, e criado ali as autoridades respectivas pela Província de Minas...”.

Ao longo de séculos a Serra do Brigadeiro foi habitada por índios de cultura Puri; atualmente, a população tradicional que nela habita é descendente desta cultura. No artigo de Barbosa (2003) é narrado como os Puri, povo indígena do qual se tem notícias “oficiais” apenas até meados do século XIX, chega à comunidade de Santa Cruz no município de Araponga, conforme segue o relato:

Um grupo de pessoas – as crianças nos colos, nas costas ou caminhando atrás do cortejo, os homens seminus e as mulheres cobertas em tons escuros da cabeça aos pés – encontra um lajedo em pedra com água corrente nas proximidades. Começam a depositar toda a tralha que carregavam, rapidamente constroem coberturas de palmeiras e folhas largas e assentam-se ou deitam-se em posição de descanso. Parecem que estão mudando de território, ou talvez estejam em fuga!

O autor afirma, com base em sua pesquisa de campo, que durante muito tempo os Puri têm feito travessias através de trilhas encostadas às matas das serras, mas escolheram fincar suas raízes aos pés da Pedra Redonda, em Araponga. Os descendentes dessa etnia são hoje agricultores familiares que se identificam como um grupo indígena, embora a etnia seja considerada extinta há mais de um século. Barbosa (2003) afirma que os documentos por ele analisados até então demonstram claramente o cerceamento do grupo Puri, que até meados do século XVI vivia entre aglutinações e diásporas intertribais desencadeadas a cada ciclo de quatro anos.

A Serra do Brigadeiro, até o início do século XIX, permaneceu “sem história”, devido a fatores de ordem natural e política que dificultaram a penetração de colonizadores. Os fatores de ordem natural são a densa cobertura florestal e a presença de índios; já os de ordem política estão relacionados aos interesses da colônia em manter a região em condições desfavoráveis ao povoamento, a fim de evitar o desvio do ouro, tendo em vista que uma parte da região pertenceu ao ciclo do ouro e a outra estava na divisa entre o que hoje denominamos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Se, por um lado, a preservação foi garantida, por outro, privou a região de registros históricos e documentais até o ano de 1800. A penetração dos colonizadores na Serra do Brigadeiro marcou o desaparecimento dos índios Arrepiados e Guarutos. O primeiro emissário do governo a inspecionar as divisas da Província de Minas Gerais, brigadeiro Bacelar, acabou apagando a única referência à presença indígena na região. Extasiado com a beleza do lugar, rebatizou o Rio Guarutos e a serra: o rio passou a se chamar Glória e a serra, Brigadeiro.

No século XX a Serra do Brigadeiro foi marcada por alguns episódios políticos, ambientais, culturais e religiosos que merecem ser destacados. O primeiro deles foi a criação de uma Ermida, em 1908, em uma área que hoje se encontra dentro do parque. Segundo relatos de um morador local, a história desta pequena capela começa:

Em 1908, quando Antônio Martins, um mascate, vira a serra de leste a oeste, sentido Fervedouro – Araponga, para fugir com a filha do coronel, que estava grávida dele. Com o tempo chuvoso, ele teve

que pernoitar onde atualmente está localizada a Pousada Serra d'Água; só amanhecendo que ele consegue chegar em Araçuaia. A mulher já estava esperando por ele e foge pela janela, de manhã; a menina que dormia no quarto com ela deu o alarme e os jagunços do coronel seguiram as pegadas dos cavalos, e depois de algum tempo conseguem alcançá-los. O Antônio Martins, experiente, assume uma posição defensiva, mas após negociação ele é convencido pelos jagunços de que eles queriam apenas a filha do coronel e que, se ele liberasse a mulher, poderia ir embora. Ele libera, mas num descuido os jagunços acabaram o prendendo, e ora o arrastavam no cavalo, ora o amarravam no cavalo para que as unhas de gato (vegetação espinhosa) o ferissem na estreita trilha, passando por um sofrimento semelhante a uma via cruz, onde ele chegou a pedir para ser morto. Na virada da serra, já na vertente do Paraíba do Sul, ele acaba não agüentando e morre; os antigos afirmam que, se ele não foi esquartejado, pelo menos castrado ele foi. No local onde Antônio Martins morreu nasce uma água, como é comum naquelas serras, e a fé do povo fez erigir ali uma Ermida de madeira, que em 1940 foi reformada, passando a ser de alvenaria. Todos os anos, tanto a comunidade de Araçuaia quanto de Fervedouro celebram missa em memória de Antônio Martins.

Da mulher grávida nasceu uma filha, que veio a falecer recentemente, deixando pelo menos um filho, que foi entrevistado nesta pesquisa, por ser um artesão local, assistido pela ONG CEPEC.



Fonte: Camila Costa Vitarelli, 11/10/2004.

Foto 2 - Ermida Antônio Martins, construída em 1908 e reformada em 1940.

O segundo episódio, de ordem política, refere-se ao fato de a serra ter servido de refúgio para os seguidores de Arthur Bernardes na Revolução Constitucionalista de 1932. A cidade de Araponga, então distrito de Viçosa, foi a que abrigou maior concentração dos militantes, cerca de 2.000 refugiados. Segundo Ribeiro Filho (1999), “Araponga fervilhava, em um burburinho nunca visto na região. A população urbana duplicara em poucos dias, com o fluxo incessante de voluntários”; dentre estes, o autor menciona os nomes de Antônio Honorato, Francisco Sidório, Francisco Vitarelli e João Luiz, militantes seguidores de Bernardes. Acreditava-se que o maior líder da Revolução, Arthur Bernardes, estivesse refugiado em Araponga, mais especificamente nas densas matas que compõem a Serra do Brigadeiro, protegido por uma grande força revolucionária disposta a enfrentar a força pública. Esse autor afirma que, na verdade, ele tomara outro rumo, mas no Palácio da Liberdade tinham como

certo sua ida para a “Serra”, e os jornais do Rio de Janeiro chegaram a noticiar que Bernardes estava mesmo em Araponga.

Assim, durante a Revolução de 1932 a Serra do Brigadeiro foi palco de uma guerra de repercussão nacional, e suas matas densas e fechadas se tornaram esconderijo para os constitucionalistas, que perderam a guerra para a Força Pública de Getúlio Vargas.

Após esse período, a Serra do Brigadeiro voltou a ser alvo de interesse nos anos 60, quando foi criada em Viçosa a Escola Nacional de Floresta.

Desde a sua criação, professores e técnicos passaram a visitar a serra e encontraram uma floresta ainda densa, típica de regiões de maiores altitudes em escarpas de acentuado declive e solo de fertilidade razoável, como afirmam Couto e Dietz (1976). Esses mesmos autores ressaltam que a região possuía espécies botânicas de valor científico e não estudadas, plantas inferiores e superiores, árvores de grande porte e orquídeas de rara beleza.

Durante a década de 1960 a empresa Belgo Mineira desmatou uma grande área para produção de carvão, com a finalidade de alimentar os fornos de sua siderúrgica. Couto e Dietz (1976) afirmam que, de acordo com informações colhidas na escola Superior de Florestas, em 1960, o desmatamento na Fazenda do Brigadeiro assumia um ritmo acelerado. Várias espécies de madeira de alto valor econômico eram derrubadas para a produção de carvão, entre elas cedro, cangerana, peroba, canela, vinhático, jequitibá, orelha-de-onça, ipês, liquerana e murici, praticamente já extintas na Zona da Mata de Minas Gerais.

Essas ações geraram uma série de protestos, que chegaram à Presidência da República na forma de denúncias e informações, o que resultou, em 9 de novembro de 1962, no Decreto Federal n.º 1.493, o qual declarava protegidas as florestas existentes na Serra do Brigadeiro, nos divisores de águas vertentes de interesse dos municípios de Abre Campo, Matipó, Raul Soares, Viçosa e Carangola, no Estado de Minas Gerais. Apesar desse decreto, o desmatamento continuou, até que foi embargado em 1970 pela Delegacia Regional da Vigilância Rural de Viçosa (COUTO e DIETZ, 1976).

Em 1976, ano em que foi feito o estudo de Couto e Dietz, a mata derrubada na Fazenda Brigadeiro havia se regenerado e sua fauna estava se

recompondo; por isso, hoje, parte da vegetação é composta por mata secundária. De acordo com o mesmo estudo, constatou-se que a Serra do Brigadeiro estaria abrigando, provavelmente, a fauna mais rica da Zona da Mata.

Nas “Sugestões para Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro”, Couto e Dietz (1976) apresentam duas razões para se criar o parque e duas justificativas para a escolha da área. A primeira razão se pauta no valor ecológico da flora e da fauna, e a segunda, na proximidade da Escola Superior de Florestas da Universidade Federal de Viçosa, facilitando os estudos. Entre as justificativas declaradas no documento tem-se a ecológica, pois as condições topográficas fazem da Serra do Brigadeiro uma região diversa das áreas circunvizinhas, com condições climatológicas predominantes típicas de altas serras e solos que se formam entre grandes elevações; a outra justificativa é de ordem sociocultural, de fornecer ao homem um refúgio dos grandes centros e uma proximidade com a natureza, além de incentivar o uso não consumptivo da fauna e flora.

Neste mesmo documento foi proposta a criação do parque a partir da cota de 1.000 m de altitude, tendo como limite norte o paralelo de 20° 33', com um total de 32.500 ha. Isso significa que dentro daquela área todas as terras que estivessem acima de 1.000 m de altitude seriam integradas ao parque. Dessa forma, o parque englobaria áreas dos municípios de Muriaé, Miraí, Miradouro, Araponga, Abre Campo, Sericita, Fervedouro e Ervália. Em 1988, a Lei Estadual n.º 9.655 autorizava a criação do parque tendo como base o documento supracitado.

De acordo com Gjorup (1998), em 1993 o Instituto Estadual de Florestas (IEF) começou a realizar estudos e levantamentos necessários para criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), tendo em vista que a lei que autorizava a criação não ditava os limites do parque, apenas indicava a cota de 1.000 m de altitude. Nesse mesmo período estava sendo realizado o Diagnóstico Rural Participativo, em Araponga, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e pelo Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), quando foram detectadas preocupações da população local com a criação do PESB e uma quase total desinformação sobre o processo de criação, ocorrência de desapropriações e sobre o que é um parque, como funciona e quais as

implicações deste para a região. Devido a essas preocupações, o STR, o CTA, alguns departamentos da UFV, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se articularam para auxiliar na mobilização da população, procurando informações sobre a implantação do PESB, visando garantir a participação desses agricultores no processo de criação.

O processo de criação participativa do PESB foi desenvolvido através de 22 reuniões, abrangendo 54 comunidades da Serra do Brigadeiro. Segundo Gjorup (1998), todas as comunidades manifestaram interesse em participar do processo de criação do parque, tendo-se em vista que seriam desapropriadas cerca de 400 famílias, que estavam residindo acima da cota de 1.000 m de altitude. As comunidades escolheram seus representantes para participarem das reuniões com o IEF e do processo de discussão dos critérios a serem adotados para a criação do PESB.

Em uma das reuniões ficou acertado que seria feito um levantamento socioeconômico das comunidades e, a partir dele, se levariam em consideração as preocupações das comunidades no método utilizado para a demarcação do parque. Esse levantamento foi feito pelo IEF em convênio informal com STRs, CTA e Departamento de Solos (DPS) da UFV. De acordo com Gjorup (1998), ficou claro no levantamento socioeconômico que diversas famílias perderiam a posse da terra e sua produção, agravando o problema do êxodo rural na região: "Se os agricultores fossem desapropriados, iria aumentar o sentimento de revolta em relação ao parque; conseqüentemente, surgiriam os mesmos problemas que ocorrem na maioria das Unidades de Conservação brasileiras".

Durante o processo de discussão entre os diversos atores sociais foi possível observar conflitos de interesses, como, por exemplo: alguns achavam que o parque não deveria incorporar áreas produtivas de pequenos agricultores (esse grupo era compreendido pelo STRs, CTA, DPS/UFV, CPT, FETAEMG e representantes das comunidades); e outros entendiam que o parque deveria incorporar áreas produtivas, como acreditava o IEF. Em reuniões posteriores ficou definido que as áreas produtivas não integrariam o PESB, o que, supostamente, iria propiciar uma relação "harmônica" entre os pequenos produtores e o parque, já que não haveria desapropriação.

Desde o processo de criação do parque foi possível observar também uma preocupação de diferentes atores sociais com o desenvolvimento sustentável na serra. Nesse período, o STR de Araponga, o CTA e o DPS/UFV apresentaram para o IEF um trabalho que estava sendo realizado no município de Araponga sobre agroecologia e desenvolvimento sustentável. O trabalho envolvia propostas de planejamento participativo de uso da terra em conjunto com práticas de conservação do solo, como uso de adubação verde, cordão em contorno com cana, calagem, capina alternada e agrossilvicultura.

Os resultados dessas iniciativas, segundo Gjorup e Franco (1996), foram o aumento de renda para os agricultores, melhoria da qualidade e fertilidade dos solos e do componente florestal em suas propriedades. Iniciativas como estas no entorno da Unidade de Conservação continuam a ser implementadas e, ao longo do tempo, vão sendo ampliadas. De acordo com esses autores, a região conta com uma produção de café orgânico, baseada nos princípios da agricultura sustentável, que tem transformado a vida de inúmeros produtores e resgatado a cultura e os costumes locais que estavam se perdendo através da produção agroquímica<sup>3</sup>.

Em 1996 o parque foi criado, com o envolvimento da população local e de instituições como sindicatos e ONGs, compreendendo uma área de 13.210 ha sem desapropriar os pequenos agricultores e a população tradicional.

Diversos autores, como Gjorup (1998), afirmam que a criação de Unidades de Conservação sem a participação e sem o apoio das populações locais não funciona. Quando a população não participa, não compreende e não é informada das decisões relacionadas com o ambiente, a tendência é de se obter resultado oposto ao que se pretendia.

A Serra do Brigadeiro foi marcada em sua história por episódios de repercussão nacional e por diversos conflitos, porém pode-se considerar que seu grande marco é a criação de um parque estadual com participação social, o que tem propiciado uma relação melhor – do que em muitos outros parques – entre a população local e a preservação ambiental.

---

<sup>3</sup> Como ver-se-á adiante, essa realidade não foi confirmada na pesquisa de campo.

## **5. METODOLOGIA**

### **5.1. Área de estudo**

O estudo foi realizado no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e seu entorno, através de pesquisa com as ONGs que atuam na região em busca do desenvolvimento sustentável e também com a população-alvo dos projetos dessas organizações.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro está localizado na Zona da Mata mineira, envolvendo áreas dos municípios de Araponga, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Divino, Pedra Bonita, Sericita e Muriaé. Com exceção de Muriaé e Miradouro, os demais municípios possuem população predominantemente rural, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Dados populacionais dos municípios do entorno

	Araponga	Ervália	Muriaé	Miradouro	Fervedouro	Divino	Pedra Bonita	Sericita
<b>População</b>								
Total	7.916	17.018	92.101	9.770	9.671	18.420	6.237	6.990
Urbana	2.541	7.560	83.923	4.919	3.715	8.664	1.303	3.019
Rural	5.375	9.458	8.178	4.851	5.956	9.756	4.934	3.971

Fonte: IBGE. Censo, 2001.

Esses municípios possuem, em geral, dados socioeconômicos considerados baixos, como pode ser observado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do entorno do PESB

	Araponga	Ervália	Muriaé	Miradouro	Fervedouro	Divino	Pedra Bonita	Sericita
<b>IDH</b>								
municipal	0,657	0,7	0,773	0,698	0,686	0,692	0,685	0,662
Educação	0,684	0,748	0,839	0,735	0,704	0,737	0,722	0,71
Longevidade	0,75	0,724	0,784	0,739	0,762	0,723	0,734	0,639
Renda	0,536	0,629	0,695	0,62	0,593	0,616	0,6	0,636

Fonte: IBGE. Censo, 2001.

No entorno do parque residem aproximadamente 14.000 habitantes, que sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência, e muitos ainda dependem dos recursos naturais do parque para sobrevivência da família. A presente pesquisa concebeu o entorno de acordo com o estudo de Ferreira et al. (2000), que considera como “entorno do Parque” as comunidades confrontantes aos limites do parque mais as outras comunidades que estiverem localizadas próximas da cota de 1.000 m de altitude, totalizando uma área de aproximadamente 21.800 ha.

As ONGs que atuam no entorno do PESB são: Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), Amigos Iracambi, Centro Brasileiro para Conservação da Natureza (CBCN), Bioproteção, Centro de Pesquisa e Promoção Cultural

(CEPEC), e uma ONG que atua dentro do PESB, que é o Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO). Todas essas organizações foram entrevistadas para a coleta de dados da pesquisa.

Também foram entrevistadas pessoas das comunidades em que esses projetos foram ou estão sendo implementados, com a finalidade de identificar se, na opinião dos moradores, as ONGs estão concretizando o que elas propõem em seus projetos.

## **5.2. Tipo de estudo**

A presente pesquisa teve como objetivo a descrição. De acordo com Selltiz (1987), a pesquisa descritiva é utilizada em uma grande quantidade de pesquisas sociais que se voltam para a descrição de características de comunidades, estudando os recursos desta comunidade e seu emprego e descrevendo a estrutura da organização social, seus principais comportamentos etc.

O delineamento utilizado neste trabalho foi o *survey*, envolvendo como método de coleta de dados a entrevista, pois ela possui uma flexibilidade que possibilita repetir as perguntas, ou apresentá-las de outro modo para se ter certeza de sua compreensão. Por meio da entrevista, o entrevistador pode observar não só o que diz o entrevistado, mas também como o diz. Há diversos tipos de entrevistas; no caso específico deste estudo foi utilizada a entrevista semi-estruturada (GIL, 2002).

Além da eficiência do *survey*, Selltiz (1987) afirma que há também outros argumentos que fortaleceram a escolha, como a possibilidade de conseguir a descrição do indivíduo quanto a seus sentimentos com relação a um objeto psicológico, sua imagem desse objeto e suas opiniões a respeito de comportamento adequado com relação a ele. Neste estudo, especificamente, observou-se a imagem que a população local tem do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e das ONGs que desenvolvem trabalhos nessa região.

Uma das limitações da entrevista é a crença na descrição verbal, pois uma pessoa pode utilizar a descrição verbal para ganhar simpatia, respeito ou

prestígio, para divertir ou espantar alguém, ou, de alguma outra forma, criar determinado efeito social. Nesses casos, o pesquisador deve ter pouca confiança na descrição feita. Selltiz (1987) afirma que, quando as circunstâncias em que ocorrem as descrições levam a supor que a motivação da pessoa ou as pressões a que está exposta são de tal ordem que impedem sua descrição sincera, tende-se a não lhe dar muito crédito.

### **5.3. A entrevista com as ONGs**

Foi realizada uma entrevista com representantes de cada uma das ONGs que atuam na Serra do Brigadeiro. A primeira entrevista foi feita no dia 1/9/2004, na sede do CTA, com a pessoa responsável pelo Programa de Conservação da Mata Atlântica da Serra do Brigadeiro; a segunda aconteceu no dia 7/9/2004, na Fazenda Iracambi, com o responsável pela ONG; a terceira ocorreu no dia 13/9/2004, na Prefeitura de Araponga, com o presidente da ONG CEPEC; a quarta realizou-se no dia 14/9/2004, na sede do CBCN, com o Diretor Técnico; e a quinta ocorreu no dia 1/10/2004, na casa do CECO, que está localizada dentro do PESB, com o presidente da ONG. A ONG Bioproteção não participou na íntegra da entrevista, pois seu dirigente não se encontrava na cidade; conseguiu-se fazer um contato, por telefone, através do qual foram feitas perguntas sobre área de atuação, número de projetos e sua área temática. A ONG Bioproteção não participou dos indicadores de sustentabilidade nem das demais perguntas que envolveram questões não mencionadas no telefonema.

Todos os representantes das organizações se mostraram muito receptivos à pesquisa e interessados em saber o resultado dela, inclusive a ONG Bioproteção. As entrevistas com esses representantes duraram em média duas horas, tempo suficiente para atingir os objetivos que esta pesquisa se propôs inicialmente.

#### **5.4. Entrevista com a população local**

Nas entrevistas com a população local foi utilizada uma amostra não-probabilística, na qual foram entrevistadas 28 famílias que vivem no entorno da Serra do Brigadeiro, mais especificamente nos seis dos oito municípios visitados, que foram Araponga, Ervália, Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino. Nos municípios de Pedra Bonita e Sericita não foi feita nenhuma entrevista, pois neles não há programa nem projeto das ONGs.

Foram visitadas 10 comunidades do entorno: Estouro e Centro, na cidade de Araponga; Dom Viçoso, em Ervália; Graminha, em Muriaé; São José do Sapé, em Miradouro; São Bento, São José dos Pinheiros, Brigadeiro e moradores dentro do parque, em Fervedouro; e a comunidade Carangolinha, em Divino. Essas comunidades foram escolhidas para realização da pesquisa por fazerem parte das áreas de atuação das ONGs e se encontrarem próximas da divisa com o parque. Existem trabalhos das ONGs em outras comunidades que se encontram mais distantes da divisa com o parque, mas esta pesquisa buscou focar mais as áreas próximas da divisa, por entender que são prioritárias para que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável.

Inicialmente foi utilizada uma amostragem aleatória do tipo simples para selecionar as famílias que seriam entrevistadas. Neste tipo de amostragem um grupo de pessoas é selecionado aleatoriamente do total da população (ROCHE, 2000). Entretanto, em diversas entrevistas os moradores situados nas comunidades atendidas pelas ONGs afirmaram que não conheciam nenhuma ONG ou que não recebiam assistência de nenhuma organização, como será visto no item 6.3. Esse fato fez com que se passasse a utilizar uma amostragem não-aleatória, do tipo amostragem em cadeia, que consiste em selecionar um primeiro contato e então perguntar com quem se deve conversar em seguida. De acordo com esse autor, este método é útil para identificar grupos minoritários ou ocupações dentro das comunidades. Por meio dessa amostragem conseguiu-se chegar às pessoas que participavam dos encontros ou reuniões promovidos pelas ONGs.

## 5.5. Procedimentos para obtenção e análise dos Indicadores de Sustentabilidade

O estudo analisou a atuação das ONGs na promoção do desenvolvimento sustentável no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Para isso, foi necessário identificar as áreas (sociais, culturais, ambientais, territoriais e econômicas) em que essas organizações estão atuando a fim de avaliar as sobreposições e as lacunas; a análise dessa atuação foi feita tendo como parâmetro os critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (2002) – vide item 3.1.

O presente trabalho objetivou analisar os critérios de sustentabilidade na atuação das ONGs no entorno do PESB, utilizando como ferramenta a elaboração e mensuração de indicadores. Os indicadores de sustentabilidade analisados na pesquisa se encontram no Quadro 2. Eles totalizam 27 indicadores, que foram interpretados de forma a se adaptarem às respostas **Sim, Em parte e Não**, que foram pontuadas, respectivamente: **Sim = 2, Em parte = 1, Não = 0**. Quanto mais alta a pontuação obtida em cada item, melhor será a avaliação da sustentabilidade, significando que estará mais próximo da sustentabilidade ideal, que seria o total dos indicadores, no caso, 27 multiplicado por “2”, que corresponde à resposta máxima “Sim”, totalizando 54 pontos.

Dessa forma, os indicadores foram analisados sob a escala de medição quantitativa, adaptando o que Guerra (2002) utilizou para o assentamento rural – vide item 1. Os indicadores foram elaborados com a finalidade de descrever os critérios usados pelas ONGs na promoção do desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que esses indicadores têm como referência a teoria de Sachs (2002).

Roche (2000) ressalta que a escolha dos indicadores é freqüentemente vista como uma das medidas mais sérias no processo de avaliação de impacto<sup>4</sup>, porém não há método acordado estabelecendo como isso deve ser feito.

---

<sup>4</sup> Como impacto Roche (2000) entende que são “mudanças sustentadas nas vidas das pessoas provocadas por determinada intervenção”. E “avaliação de impacto é a análise

A aplicação do quadro para cada uma das ONGs possibilitou também uma análise qualitativa e comparativa, a partir da identificação de indicadores supervalorizados ou desvalorizados, pendência dos projetos para um ou outro critério e continuidade ou descontinuidade das ações em relação a cada critério. O recorte temporal da pesquisa cobriu os últimos cinco anos, uma vez que existem ONGs mais recentes que iniciaram suas atividades a partir desse período.

Como mencionado anteriormente, as ONGs Bioproteção e CBCN não participaram da análise de indicadores. No Quadro 2 são mostrados os indicadores selecionados para as entrevistas.

Quadro 2 - Indicadores de sustentabilidade a serem analisados nos programas e projetos das ONGs

**I - Indicadores sociais:**

1. Capacidade de geração de emprego nos projetos e/ou fora deles
2. Capacitação profissional viabilizando emprego e/ou aumento de renda
3. Projetos para a melhoria da saúde da comunidade
4. Atividades da educação informal / educação de adultos
5. Investimentos em infra-estrutura para comunidade local (construção de banheiros, fossas, coleta de lixo, reciclagem etc.)

**II - Indicadores culturais:**

1. Projetos que incentivaram o conhecimento local e a tradição para o desenvolvimento de atividades econômicas
2. Atividades de resgate da cultura local
3. Projetos de inovação tecnológica

**III - Indicadores ecológicos:**

1. Projetos de conservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis
2. Projetos para limitar o uso dos recursos não-renováveis

**IV - Indicadores ambientais:**

1. Atividades realizadas para proteger, preservar ou manejar os recursos naturais
2. Cursos /orientações técnicas sobre práticas agrícolas sustentáveis
3. Produtores que mudaram sua atividade econômica para atividades menos impactantes ao meio ambiente a partir de projetos das ONGs
4. Projetos que incentivaram a diminuição da comercialização de madeira, animais e plantas da floresta
5. Projetos que proporcionaram o aumento da agricultura orgânica
6. Projetos que propiciaram a redução do uso de agrotóxicos
7. Projetos de educação ambiental da comunidade do entorno
8. Projetos visando a diminuição da frequência de queimadas

**V - Indicadores territoriais:**

1. Projetos de desenvolvimento rural
2. Projetos de desenvolvimento urbano
3. Parcerias entre ONGs e poder público para desenvolvimento regional
4. Participação das ONGs na alocação dos recursos do ICMS ecológico
5. Participação das ONGs no Plano Diretor das cidades inseridas no entorno do PESB

**VI - Indicadores econômicos:**

1. Projetos que auxiliaram os produtores na obtenção de crédito
2. Projetos relativos à renda familiar: agricultura orgânica, artesanato, turismo e pluriatividade
3. Melhoria nas condições de transporte
4. Melhoria no sistema de comercialização dos produtos

## **5.6. Limitações dos indicadores**

A elaboração dos indicadores envolveu uma das partes mais complexas desta pesquisa, pois, mesmo tendo uma base teórica consistente, como a de Sachs (2002), esta não foi uma tarefa fácil. Em diversos estudos, como o de Roche (2000), à medida que ocorre o processo de consulta às comunidades e grupos de enfoque, como a entrevista com as ONGs, são identificados, em alguns casos, novos indicadores e até mesmo modificados os anteriormente estabelecidos. Nesse sentido, foram identificados novos indicadores que não estavam presentes na pesquisa, mas que valem ser ressaltados para pesquisas posteriores: a conquista de terras para reforma agrária; a mobilização da população para com a política local ou regional; e a capacitação gerencial dos pequenos produtores ou artesãos para que eles possam se inserir na economia regional.

Esses novos indicadores ficam como proposta deste trabalho para outros pesquisadores.

## **6. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS ONGS NA SERRA DO BRIGADEIRO**

Este capítulo engloba os principais resultados das entrevistas feitas às ONGs no período de agosto a outubro de 2004, durante o trabalho de campo realizado na Serra do Brigadeiro, entrevistando no mesmo período a população local.

Identificou-se que as ONGs foram instituições importantes para o processo de criação do parque, reduzindo custos de transação potenciais, caso os limites do parque não fossem revistos. De acordo com a maioria dos moradores locais, essas organizações continuam sendo importantes para a região.

Entretanto, percebeu-se a existência de uma certa defasagem entre o discurso e a prática das ONGs, pois, embora todas reconheçam a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável e afirmem o propósito de alcançá-lo através de seus projetos, o que se verificou na prática foi a impossibilidade de essas instituições abrangerem todas as esferas, ou áreas, que contemplam a sustentabilidade. Do lado das ONGs, as dificuldades para implantação de um programa mais amplo referem-se à falta de verbas e de pessoal qualificado e à vocação de cada ONG, fazendo com que ela opte deliberadamente por um ou dois critérios de sustentabilidade.

Na perspectiva da população local, a distância entre o discurso e a prática das ONGs foi percebida por meio de: ações isoladas dessas organizações, uma vez que muitos entrevistados desconheciam as ações das ONGs; falta de continuidade dos projetos, pois muitos afirmaram que as ONGs ficaram tempo considerável sem retornar à população; e existência de falhas na comunicação entre as ONGs e a população local, comprometendo a participação social, que acaba privilegiando alguns indivíduos ou segmentos em detrimento de outros, que não são informados e não participam dos projetos. Finalmente, percebeu-se que os resultados positivos dos projetos das ONGs não são compartilhados e disseminados para a comunidade local, o que obscurece a percepção dos moradores sobre a existência e a atuação dessas organizações.

## **6.1. Perfil das ONGs**

### **6.1.1. Centro de Tecnologia Alternativa - CTA**

É uma associação civil sem fins lucrativos, pertencente ao conjunto de organizações que compõem o terceiro setor. O Centro foi fundado em novembro de 1987 por lideranças sindicais, pequenos agricultores e profissionais das ciências agrárias. Foi declarado de utilidade pública estadual pela Lei n.º 11.008 de 5/1/1993, de utilidade pública federal de acordo com Decreto de 12/11/96 e como entidade de fins filantrópicos em 28/6/98. Sua sede está localizada na zona rural do município de Viçosa – MG e conta atualmente com uma infra-estrutura composta de alojamento com capacidade para 40 pessoas, salão para reuniões, refeitório, escritórios, setor de documentação e área experimental de 3,0 ha.

O CTA atua há mais de dez anos na Serra do Brigadeiro, com uma participação fundamental no processo de criação do parque – período no qual mobilizou e conscientizou a população local acerca do que seria este parque e as possíveis conseqüências que ele poderia gerar para a comunidade. Como resultado desse trabalho, a população local se organizou dentro das

comunidades e conseguiu, no IEF, rever a área total do parque, como foi visto no capítulo anterior. Atualmente o CTA possui cinco programas e projetos no entorno do PESB:

1. Conservação da Mata Atlântica da Serra do Brigadeiro;
2. Desenvolvimento Local;
3. Formação de Agricultores em Sistemas Agroecológicos de Café Orgânico;
4. Associativismo e Comercialização; e
5. Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro.

Os programas do CTA não são dissociados uns dos outros; portanto, há na Serra do Brigadeiro uma interação entre eles, de tal forma que o programa 1 envolve estratégias de desenvolvimento local, iniciativas de formação de agricultores em sistemas agroecológicos e incentivos à formação de associações para diversos fins, entre eles a comercialização.

O CTA desenvolve trabalhos em cinco municípios do entorno: Araponga, Ervália, Divino, Fervedouro e Muriaé. Nos dois últimos municípios a ONG trabalha apenas com uma comunidade em cada. Nos três primeiros ela trabalha com mais comunidades. O CTA não desenvolveu projetos nos municípios de Sericita, Pedra Bonita e Miradouro, nos últimos cinco anos. Entretanto, está iniciando (começou em 2004) um Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro, após o governo ter reconhecido esta serra como território prioritário. Este programa é financiado pelo Governo Federal e envolve todas as cidades do entorno e todas as organizações sem fins lucrativos que desenvolvem trabalhos na serra.

O CTA participa das seguintes redes: PTA, rede de ONGs da Mata Atlântica, rede de colaboradores da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), Grupo de Trabalho e Gênero do Sudeste (GT Gênero) e Grupo de Agricultura Orgânica (GAO). Essas redes não estão relacionadas diretamente aos projetos desenvolvidos no entorno do PESB.

### **6.1.2. Amigos Iracambi**

Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, situada na Fazenda Iracambi, no município de Rosário de Limeira. Esta organização possui área disponível para pesquisa, com 200 hectares de matas, das quais 70 ha estão preservadas numa Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) reconhecida pelo IBAMA. Além disso, a ONG conta ainda com o apoio do Centro de Pesquisas Iracambi, que oferece locais na floresta para ensaios e pesquisas, hospedagem com cozinha mineira, acesso ao acervo acumulado no local e em outros centros de pesquisas.

Os programas e projetos do Iracambi são:

1. Interação com a Comunidade;
2. Recomposição da Floresta;
3. Renda Alternativa vinda da Mata; e
4. Planejamento e Uso da Terra.

A ONG Amigos Iracambi desenvolve trabalhos em apenas um município, o de Rosário de Limeira, situado entre Ervália e Muriaé, e atua em cinco comunidades: Buracada, Aranhas, São Pedro, Pedra Alta e Graminha, sendo esta última uma comunidade que faz divisa com o parque. O Iracambi não possui projetos nos demais municípios, tendo, portanto, uma atuação pontual e muito específica na serra, voltada para a conservação e preservação da Mata Atlântica. Com relação à abrangência do programa da ONG, o responsável afirmou que a organização é ainda muito pequena e não possui nenhum técnico contratado dentro da entidade, o que limita o trabalho; a ONG surgiu formalmente há apenas cinco anos e muitos de seus projetos ainda estão sendo elaborados.

O Iracambi faz parte das seguintes redes: rede de ONGs da Mata Atlântica, Associação Mineira de Meio Ambiente, Rede Mineira de Educação Ambiental, Rede de Proprietários Mineiros de RPPNs, Rede de Proprietários Nacional de RPPNs, Associação de Estação de Pesquisa nos EUA e Associação de Biólogos dos Trópicos (associação internacional). Estas redes, assim como as do CTA, não estão diretamente relacionadas aos projetos desenvolvidos no entorno do PESB.

### **6.1.3. Centro de Pesquisa e Promoção Cultural – CEPEC**

O CEPEC é uma entidade civil, de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, de caráter assistencial, social e cultural, com sede no município de Araponga-MG, fundada em maio de 2003. O Centro nasceu da vontade de se buscar um maior entendimento da história e da cultura do município de Araponga, por meio da pesquisa e estudo da cultura indígena, especificamente dos índios Puri, primeiros habitantes da região. Apesar de ser recém-criada, esta organização já promoveu a reestruturação do grupo de Dança Cabocla Folgado dos Arrepiados, através do apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Araponga e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Além disso, está sempre apoiando a promoção de eventos culturais e religiosos, como a Folia de Reis, Folia de São Sebastião e Folia do Divino, possibilitando o intercâmbio com grupos folclóricos das cidades vizinhas.

Os programas e projetos do CEPEC são:

1. Resgate da Cultura Indígena Puri;
2. Resgate da Religiosidade de Araponga; e
3. Fortalecimento do Artesanato Local.

O CEPEC desenvolve trabalhos em apenas um município do entorno, o de Araponga, abrangendo a comunidade dos moradores do centro da cidade de Araponga, na área urbana, e as comunidades rurais: Estouro, Salazar e Vargem Alegre. Hoje em dia, a ONG atua apenas em Araponga, mas, segundo o presidente da ONG, a partir da elaboração do Programa de Desenvolvimento Territorial, ela precisa atuar no território da serra e não só na cidade de Araponga; a organização está planejando ampliar seus projetos, envolvendo os demais municípios da serra. O CEPEC não faz parte de nenhuma rede de organizações.

Através da Foto 3 é possível observar a atuação do CEPEC no resgate da cultura indígena local, por meio da dança, que marcou a história da Serra do Brigadeiro e que estava se perdendo por falta de iniciativas como a desta ONG.



Fonte: cedida pelo CEPEC durante a pesquisa de campo.  
Foto 3 - Trabalho de resgate da cultura Puri na cidade de Araponga, promovido pela ONG CEPEC.

#### **6.1.4. Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental – CECO**

O CECO é uma entidade civil, autônoma e de utilidade pública, que vem há muito tempo auxiliando entidades ambientais e de pesquisa, assim como o bem público, nas questões relativas ao meio ambiente e à pesquisa científica. A ONG possui um "laboratório de campo"<sup>5</sup>, localizado dentro da área do Parque da Serra do Brigadeiro, na Fazenda Neblina, que é utilizado por pesquisadores. O trabalho do CECO na Serra do Brigadeiro foi impulsionado por parcerias entre a instituição e a Prefeitura de Carangola, a Universidade

---

<sup>5</sup> Este laboratório de campo situado dentro do parque corresponde a uma casa que foi cedida ao CECO em comodato e é utilizado por pesquisadores.

Federal de Viçosa – UFV e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Carangola – FAFILE/UEMG, a partir de 1993. A entidade desenvolveu várias pesquisas na região e, nos últimos cinco anos, possui dois programas na Serra do Brigadeiro. São eles:

1. Programa de Conservação da Fauna e da Flora da Serra do Brigadeiro;e
2. Programa de Ecologia e Manejo de Populações do Muriqui do Norte.

Esta ONG não faz parte de nenhuma rede, possuindo apenas parcerias.

O CECO foi uma instituição importante no processo de criação do PESB, na busca de redução de custos de transação ambientais. A ONG acreditava que a área inicialmente proposta por Couto e Dietz (1976) – de 32.000 ha – era inviável, uma vez que abrangia propriedades produtivas e a sede do município de Araponga. No entanto, a redução para a área de 13.210 ha, englobando apenas áreas mais elevadas e centrais da Serra do Brigadeiro, excluiu áreas fundamentais para a preservação de vários segmentos da fauna, como afirma Braz Cosenza, representante da ONG na entrevista. Segundo ele, uma área de 600 ha na extremidade sul do Parque, entre os municípios de Ervália e Muriaé, e uma outra com cerca de 500 ha na região do “Estouro”, no município de Araponga, ficaram de fora do parque e representam remanescentes significativos de mata. Esses dados, observados na entrevista, se encontram também nos estudos de Feio et al. (2000). No Mapa 3, através de foto de satélite, podem ser observadas as áreas de mata que ficaram fora do PESB.



### **6.1.5. Centro Brasileiro de Conservação da Natureza – CBCN**

O CBCN é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, “cujo único propósito é a luta pela proteção e conservação do meio ambiente”. Desde sua fundação, o CBCN vem direcionando seus trabalhos e pesquisas à causa conservacionista e a sua abrangência já extrapolou os limites regionais e do Estado. Em razão disso, a ONG mudou seu nome recentemente de Centro Mineiro de Conservação da Natureza (CMCN) para Centro Brasileiro, o que implicou a mudança da sigla para CBCN.

A organização não implementou nenhum programa ou projeto na Serra do Brigadeiro nos últimos cinco anos, fato este que a impediu de participar da análise dos indicadores de sustentabilidade. Entretanto, sua participação na região foi de fundamental importância, pois o primeiro documento propondo a criação de um parque na região foi elaborado com o apoio desta instituição.

O CBCN não faz parte de nenhuma rede, porém possui parcerias com diversas instituições.

### **6.1.6. Bioproteção**

Como visto no item 5.2, esta ONG não foi efetivamente entrevistada, portanto, pouco se conheceu de sua organização, e isso dificulta a elaboração de um perfil da entidade. Sabe-se que ela funciona dentro do PESB, na Fazenda do Brigadeiro, e sua atuação se concentra neste local. A organização possui um comodato com o proprietário da terra, o que permite seu funcionamento. Isso ainda é possível, pois não foram feitas as desapropriações devidas.

A Bioproteção possui os seguintes programas e projetos no parque:

7. Projeto que pesquisa o Muriqui; e
8. Projeto de mapeamento de trilhas da Serra do Brigadeiro.

## **6.2. Resultados das entrevistas com as ONGs**

### **6.2.1. Área de atuação das ONGs**

A atuação das ONGs não ocorre em todos os municípios no entorno do parque, ficando os municípios de Miradouro, Pedra Bonita e Sericita sem implementação de programas e projetos. No município de Miradouro, o CTA já desenvolveu trabalhos em períodos anteriores ao horizonte temporal desta pesquisa, que é de cinco anos, por meio do Programa de Desenvolvimento Territorial. A ONG, através de seu representante, afirma que irá voltar a desenvolver trabalhos no município.

O CTA atende cerca de 11 comunidades na região da Serra do Brigadeiro, situadas em cinco municípios: Araponga, com as comunidades São Joaquim, Praia D'Anta, Estouro e Salazar; Ervália, com a de Dom Viçoso e Godinhos; Muriaé, com a de Graminha; Fervedouro, com a de Brigadeiro; e Divino, com Carangolinha de Cima e de Baixo e Carolas. Esta ONG possui o maior número de comunidades e municípios atendidos das organizações que atuam no entorno. É também a organização que possui maior infra-estrutura e maior número de técnicos para a implementação dos projetos.

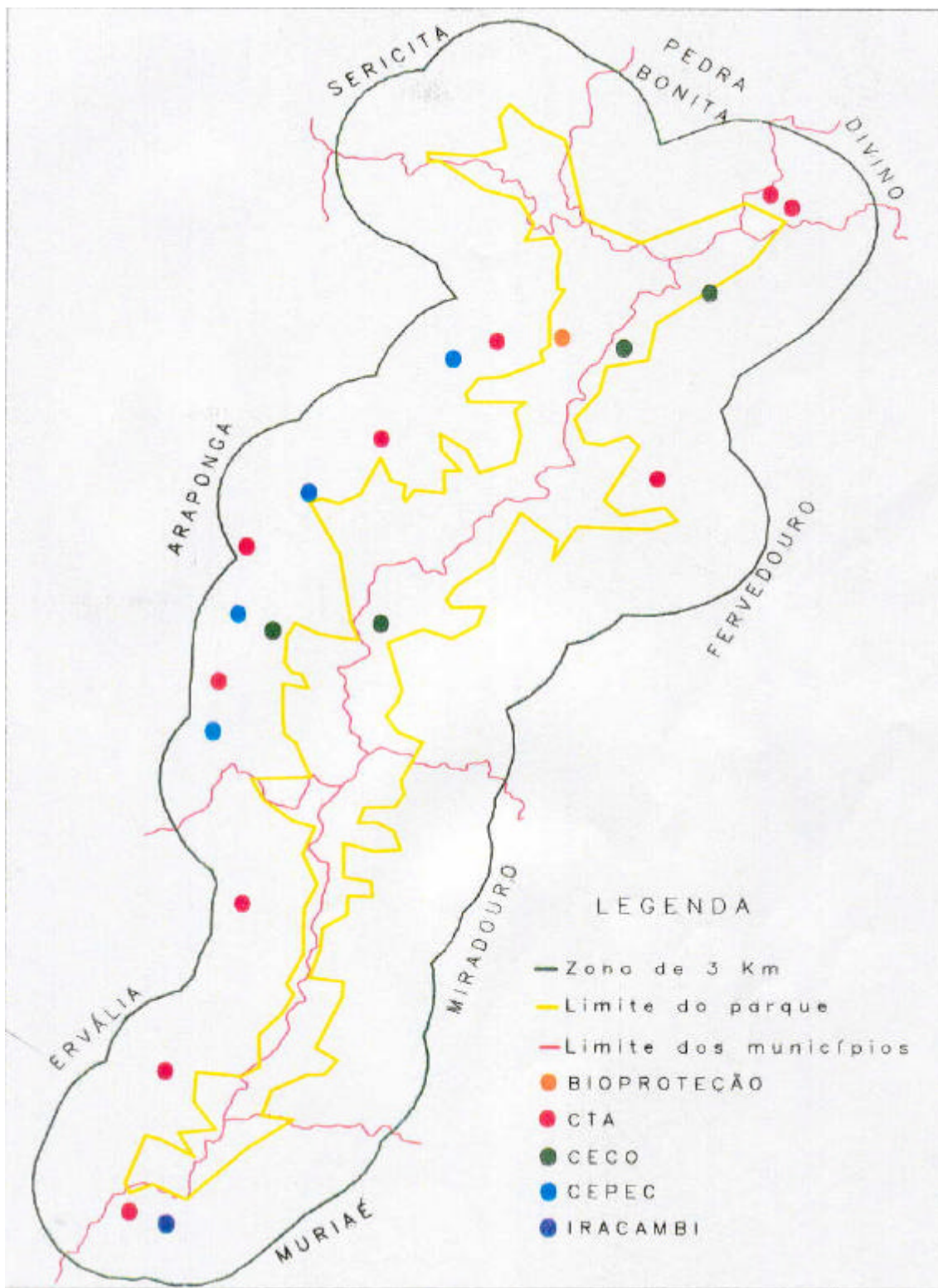
Os Amigos Iracambi atendem cerca de cinco comunidades entre os municípios de Rosário de Limeira e Muriaé; contudo, apenas uma comunidade se encontra nas proximidades do parque, que é a de Graminha, em Muriaé. As outras quatro comunidades são: Buracada, Aranhas, São Pedro e Pedra Alta.

O CEPEC atua apenas no município de Araponga, atendendo as comunidades de Estouro, Salazar, Vargem Alegre e moradores do centro da cidade.

O CECO atua basicamente dentro do PESB, nas proximidades da Fazenda do Brigadeiro e da estrada que liga Araponga a Fervedouro. A única comunidade fora do parque em que o CECO atua é a de Ararica, no município de Fervedouro.

A Bioproteção não possui trabalhos no entorno; sua atuação é dentro do parque, na área da Fazenda do Brigadeiro.

O número de comunidades atendidas por município é: Araponga, seis; Ervália, duas; Muriaé, uma; Fervedouro, duas; e Divino, duas – como pode ser observado na Figura 1.



Fonte: Dados da pesquisa, construídos no IEF CEDEF, Viçosa –MG, 2004.  
 Figura 1 - Comunidades atendidas pelos projetos das ONGs.

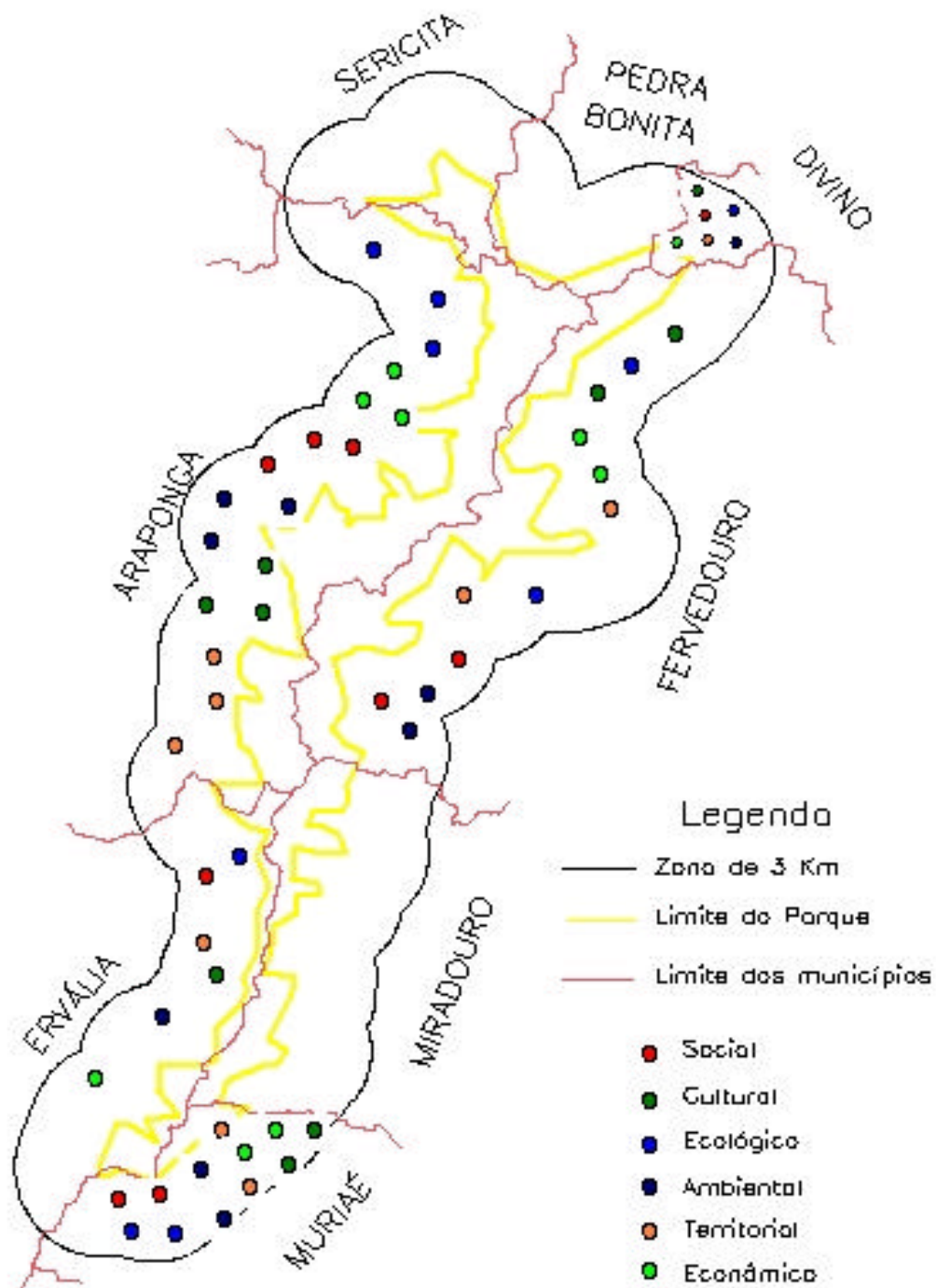
O total de projetos das ONGs na Serra do Brigadeiro é de 16 nos últimos cinco anos, divididos da seguinte forma: CTA, cinco; Amigos Iracambi, quatro; CEPEC, três; CECO, dois; e Bioproteção, também dois.

Os projetos das ONGs se concentram em algumas cidades e comunidades específicas, não atendendo todo o entorno de forma homogênea. Como visto na Figura 1, três municípios do entorno – Miradouro, Pedra Bonita e Sericita – não recebem assistência de nenhuma ONG; entretanto, nos municípios de Araponga e Fervedouro observa-se uma sobreposição de projetos e de área temática, como pode ser observado na Figura 2.

A concepção da Serra do Brigadeiro como um território ainda é falha em termos de ações concretas. Essa questão já é conhecida por parte das organizações que estão iniciando um projeto de desenvolvimento territorial, concebendo a Serra do Brigadeiro como um território prioritário, necessitando, portanto, de ações que envolvam os oito municípios, suas comunidades, lideranças e instituições.

Por meio da Figura 2, observa-se que existem ações envolvendo todos os critérios de sustentabilidade nos municípios de Araponga, Ervália, Muriaé, Fervedouro e Divino. Todavia, nas entrevistas feitas com a população local, percebe-se que não há eficácia no atendimento desses critérios, principalmente o social e o econômico, como será visto no Gráfico 1, no item 6.2.4. O fato de os critérios estarem presentes nos projetos pontuados no município não significa que todas as comunidades são atendidas pelos projetos.

Na Figura 2 é demonstrada, ainda, a existência de sobreposição de área temática dos projetos das ONGs, havendo no município de Araponga atuação de três ONGs com ações em todos os critérios de sustentabilidade, enquanto nos municípios de Sericita, Pedra Bonita e Miradouro não há nenhum critério de sustentabilidade sendo atendido por uma ONG.



Fonte: Dados da pesquisa construídos no IEF – CEDEF, Viçosa – MG, 2005.  
 Figura 2 - Sobreposição de áreas temáticas dos projetos.

### **6.2.2. Objetivos das ONGs na Serra do Brigadeiro**

Os objetivos das ONGs na Serra do Brigadeiro estão direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável, como pode ser visto pelas falas dos representantes das organizações: “desenvolver propostas técnicas, metodológicas e organizativas que possam promover o desenvolvimento sustentável das famílias que moram na serra, reduzindo a pressão sobre o parque” (CTA); “fazer com que conservar a floresta seja mais atraente do que destruí-la” (Iracambi); “trabalhar desenvolvendo economia de renda, capaz de gerar um desenvolvimento que seja sustentável e resgatar a cultura indígena do parque” (CEPEC); “promover o desenvolvimento sustentável tanto no meio urbano quanto no meio rural” (CBCN); e “pesquisa científica e educação ambiental” (CECO).

A concepção de desenvolvimento sustentável das ONGs varia de uma para outra. O CTA possui uma concepção socioambientalista, que busca compatibilizar as necessidades dos seres humanos com o meio ambiente e a preservação que depende de condições sociais da população local; portanto, minimizar as desigualdades sociais é extremamente importante para a conservação do meio ambiente. Os Amigos Iracambi seguem o conceito clássico dado pela Comissão de Brundtland: “tirar o sustento dos recursos naturais deixando a possibilidade das gerações futuras também se sustentarem”. O CEPEC possui uma visão social, cultural e econômica acerca desse desenvolvimento. O CBCN considera o desenvolvimento sustentável sob a perspectiva de três dimensões: social, ambiental e econômica. O CECO, que inicialmente possuía uma visão muito voltada para os critérios ecológico e ambiental, hoje acredita que esse desenvolvimento só é possível se envolver benefícios para a comunidade local.

Nesse sentido, observa-se que a concepção de desenvolvimento sustentável dessas organizações está dentro da proposta teórica desta pesquisa, que é a de Sachs. No entanto, as ONGs possuem alguns critérios que são mais trabalhados que outros, de acordo com a vocação de cada organização. Durante as entrevistas, os representantes não mencionaram, diretamente, todos os critérios de sustentabilidade que Sachs propõe, mas, de

forma indireta, através da análise dos indicadores, observou-se que elas possuem, ou afirmam possuir, ações em todos os critérios.

### **6.2.3. Redes e a comunicação entre as ONGs**

Os projetos das ONGs não são elaborados em conjunto com outras organizações que atuam na serra. Esses projetos são feitos de acordo com a concepção de cada organização, não havendo uma atuação organizada das ONGs na área, o que gera a sobreposição de projetos e de área temática, como pode ser visto nas Figuras 1 e 2. A única atuação em conjunto destas organizações em termos de elaboração de projeto foi feita para o Programa de Desenvolvimento Territorial, que foi elaborado com a finalidade de colocar a região da Serra do Brigadeiro como área de território prioritário e, assim, receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento dessa região. A elaboração deste programa envolveu as ONGs, Emater, Prefeituras, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), Sindicatos e IEF.

A pesquisa identificou que as ONGs fazem parte de diversas redes, envolvendo redes de desenvolvimento, redes ambientalistas, redes sociais, entre outras; contudo, não existe uma rede de ONGs que atua na Serra do Brigadeiro em prol do desenvolvimento sustentável, gerando a sobreposição de projetos, tanto na área geográfica quanto nas áreas temáticas, comprovando parte da hipótese desta pesquisa (vide item 1.1).

No item 2.3.1 foi visto que as redes são estruturas abertas e integram novos nós, desde que os novos integrantes compartilhem do mesmo código de comunicação, que pode ser um objetivo, como afirmou Castells (1999). No caso da Serra do Brigadeiro poderia ser criada uma rede – já que elas afirmam ter o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável –, que estaria aberta a todas organizações que desejassem exercer alguma atividade nesse sentido.

Apesar de não haver uma rede, as ONGs acreditam que seria importante para o desenvolvimento uma ligação maior entre as organizações que atuam no entorno do PESB. O CTA acredita que os trabalhos se complementam, pois uma ONG trabalha mais com as questões sociais,

envolvendo a comunidade, e as outras mais com questões específicas de conservação, envolvendo a fauna e flora. Entretanto, o CTA ressalta que poderia haver melhor complementação dos trabalhos ou das ações se houvesse um objetivo comum que norteasse os objetivos específicos de cada organização; dessa forma, as ações deixariam de ser isoladas. Essa interlocução, com objetivos e estratégias comuns, poderia gerar mais benefícios para o desenvolvimento sustentável da Serra do Brigadeiro. Já o Iracambi acredita que essa interlocução, ou uma rede dessas ONGs, poderá ser feita através do Conselho Consultivo do Parque. Para o CEPEC, essa rede poderá ser formada a partir do Programa de Desenvolvimento Territorial, tendo em vista que este envolve todas as organizações e todos os municípios do PESB. De acordo com o CBCN, não existe muita ligação entre as ONGs e a comunicação entre elas é falha; cada ONG tem seu perfil, atendendo públicos específicos e promovendo ações diferentes: “Devíamos explorar este perfil em termos de parcerias, aí sim, a comunicação seria completa”. Para o CECO a troca de informações entre as ONGs é ocasional, e o presidente ressalta a necessidade de um fórum de discussão e uma maior integração entre essas organizações.

No item 2.3.1, foi visto ainda que, para Scherer-Warren (1999), a idéia de rede implica admitir a complexidade do corpo social, composto de setores e agrupamentos sociais heterogêneos, campos de múltiplas contradições, diversidades e discursos plurais, em que opera não apenas a lógica do conflito, mas também da cooperação e da solidariedade, concebendo esta última como responsabilidade social com o bem comum. Nesse sentido, a criação de uma rede entre as ONGs que atuam na Serra do Brigadeiro envolveria agrupamentos sociais heterogêneos, como ONGs ambientalistas, socioambientalistas, culturais, entre outras, mas que, apesar de suas diversidades, cooperassem entre si para o bem comum por meio do desenvolvimento sustentável da Serra do Brigadeiro.

#### **6.2.4. Pontuação de cada ONG nos indicadores de sustentabilidade**

Neste item foram analisados os indicadores de sustentabilidade a partir das entrevistas com os representantes das ONGs. A pontuação obtida em cada indicador variou de acordo com as respostas de cada um deles, seguindo o que foi visto no item 5.5, em que as respostas foram pontuadas da seguinte maneira: **Sim = 2, Em parte = 1, Não = 0** (Quadro 3).

Quadro 3 – Pontuação de cada ONG nos indicadores de sustentabilidade

<b>Indicadores</b>	<b>CTA</b>	<b>IRACAMBI</b>	<b>CEPEC</b>	<b>CECO</b>	<b>Total</b>
<b>I - Indicadores sociais:</b>					
1. Capacidade de geração de emprego nos projetos e/ou fora deles	2	0	0	1	3
2. Capacitação profissional viabilizando emprego e/ou aumento de renda	2	0	2	0	4
3. Projetos para a melhoria da saúde da comunidade	2	1	0	0	3
4. Atividades da educação informal / educação de adultos	2	2	0	0	4
5. Investimentos em infra-estrutura para comunidade local (construção de banheiros, fossas, coleta de lixo, reciclagem e etc.)	2	0	0	0	2
<b>II - Indicadores culturais:</b>					
1. Projetos que incentivaram o conhecimento local e a tradição para o desenvolvimento de atividades econômicas	2	2	2	2	8
2. Atividades de resgate da cultura local	1	0	2	0	3
3. Projetos de inovação tecnológica	2	1	2	0	5
<b>III - Indicadores ecológicos:</b>					
1. Projetos de preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis	1	2	1	2	6
2. Projetos para limitar o uso dos recursos não-renováveis	0	0	0	2	2
<b>IV - Indicadores ambientais:</b>					
1. Atividades realizadas para proteger, preservar ou manejar os recursos naturais.	2	2	0	2	6
2. Cursos /orientações técnicas sobre práticas agrícolas sustentáveis	2	1	0	2	5
3. Produtores que mudaram sua atividade econômica para atividades menos impactantes ao meio ambiente a partir de projetos das ONGs	2	1	1	2	6

Quadro 3 (Cont.) - Pontuação de cada ONG nos indicadores de sustentabilidade

<b>Indicadores</b>	<b>CTA</b>	<b>IRACAMBI</b>	<b>CEPEC</b>	<b>CECO</b>	<b>Total</b>
4. Projetos que incentivaram a diminuição da comercialização de madeira, animais e plantas da floresta	1	0	2	2	5
5. Projetos que proporcionaram o aumento da agricultura orgânica	2	0	2	2	6
6. Projetos que proporcionaram redução do uso de agrotóxicos	2	0	1	2	5
7. Projetos de educação ambiental da comunidade do entorno	2	2	0	2	6
8. Projetos visando a diminuição da frequência de queimadas	1	1	0	2	4
<b>V - Indicadores territoriais:</b>					
1. Projetos de desenvolvimento rural	2	2	2	1	7
2. Projetos de desenvolvimento urbano	2	0	2	0	4
3. Parcerias entre ONGs e poder público para desenvolvimento regional	2	2	2	2	8
4. Participação das ONGs na alocação dos recursos do ICMS ecológico	0	0	0	2	2
5. Participação das ONGs no Plano Diretor das cidades inseridas no entorno do PESB	2	2	2	0	6
<b>VI - Indicadores econômicos:</b>					
1. Projetos que auxiliaram os produtores na obtenção de crédito	2	1	1	0	4
2. Projetos relativos à renda familiar: agricultura orgânica, artesanato, turismo e pluriatividade	2	1	2	2	7
3. Melhoria nas condições de transporte	0	0	0	0	0
4. Melhoria no sistema de comercialização dos produtos	2	0	2	0	4
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>23</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	

O Quadro 3 permite visualizar numericamente o resultado da atuação das ONGs em termos de critérios de sustentabilidade, dentro de um recorte temporal dos últimos cinco anos.

A pontuação máxima, que corresponderia a uma sustentabilidade ideal, varia de um grupo de indicadores para outro, pois a quantidade de indicadores

é diferente em cada critério: o social possui cinco indicadores; o cultural, três; o ecológico, dois; o ambiental, oito; o territorial, cinco; e o econômico, quatro. Para que cada indicador possua o mesmo peso, foi utilizado um fator de ponderação, tendo índice “1” para o critério ambiental, que possui maior número de indicadores. Os demais receberam um índice proporcional aos seus respectivos números de indicadores. O cálculo da ponderação pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Cálculo da ponderação

<b>Critério</b>	<b>Nº de indicadores em cada critério</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Fator de ponderação</b>
Social	5	8/5	1,60
Cultural	3	8/3	2,67
Ecológico	2	8/2	4,00
Ambiental	8	8/8	1,00
Territorial	5	8/5	1,60
Econômico	4	8/4	2,00

Para efetuar o cálculo da ponderação utilizou-se o maior número de indicadores em um mesmo critério de sustentabilidade, que foi oito, correspondendo ao critério ambiental, e dividiu-se pelo número de indicadores existentes em cada critério, obtendo-se, assim, o fator de ponderação.

Na Tabela 4, o fator de ponderação, obtido na Tabela 3, foi multiplicado pelo número máximo de pontos que todas as ONGs podem alcançar; com esse cálculo, chegou-se a um número máximo de pontos que cada critério pode atingir em termos de sustentabilidade, que foi de 64 pontos. Dessa forma, foi possível comparar um critério com o outro, pois todos tinham o mesmo peso.

Tabela 4 – Pontuação máxima que cada critério pode atingir após a ponderação

<b>Critério</b>	<b>Nº máximo de pontos<sup>6</sup></b>	<b>Fator de ponderação</b>	<b>Nº máximo após a ponderação</b>
Social	40	1,60	64
Cultural	24	2,67	64
Ecológico	16	4,00	64
Ambiental	64	1,00	64
Territorial	40	1,60	64
Econômico	32	2,00	64

A pontuação total de cada critério se encontra na Tabela 5 e pode ser mais bem visualizada no Gráfico 1.

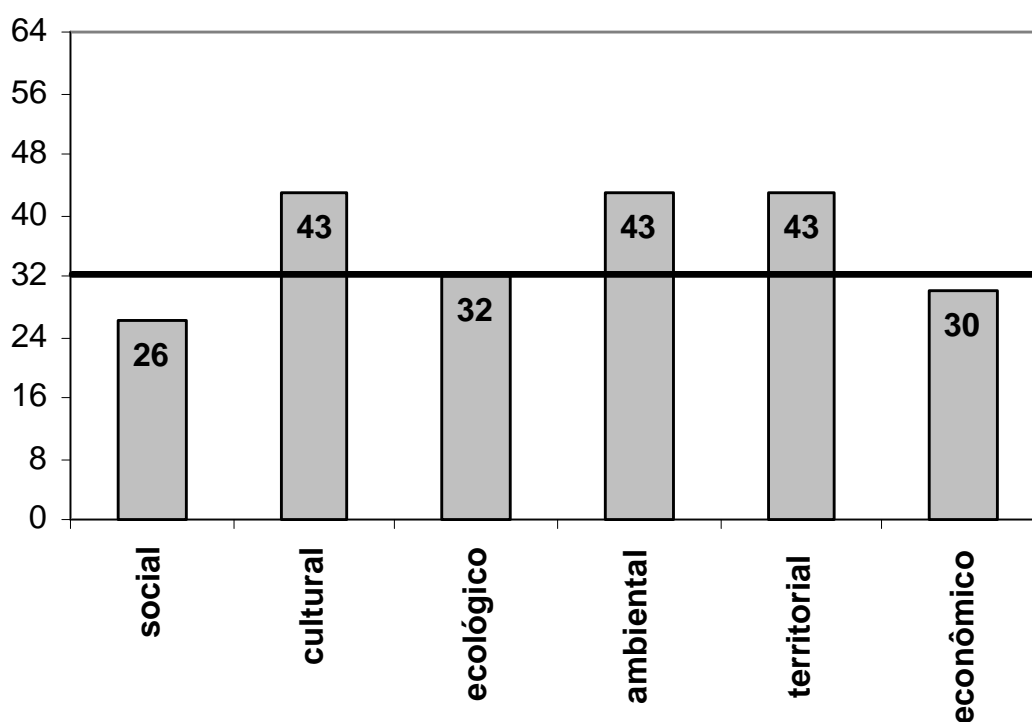
Tabela 5 – Pontuação total de cada critério

<b>Critério</b>	<b>Nº de pontos obtidos nos indicadores<sup>7</sup></b>	<b>Fator de ponderação</b>	<b>Nº de pontos obtidos nos indicadores após a ponderação</b>
Social	16	1,60	26
Cultural	16	2,67	43
Ecológico	8	4,00	32
Ambiental	43	1,00	43
Territorial	27	1,60	43
Econômico	15	2,00	30

Na Tabela 5 são ilustradas as diferenças de pontuação total (após a ponderação) de cada critério, indicando que os critérios ambiental, cultural e territorial foram os mais contemplados pelos projetos das ONGs analisadas.

<sup>6</sup> O número máximo de pontos que podem ser obtidos em cada critério corresponde ao número de indicadores que o critério possui vezes 2 (resposta SIM) vezes 4 (total de ONGs), exemplo: critério social, 5 indicadores x 2 x 4 = 40.

<sup>7</sup> Este número foi obtido a partir do Quadro 3, através do somatório da pontuação que as ONGs tiveram nos indicadores de sustentabilidade.

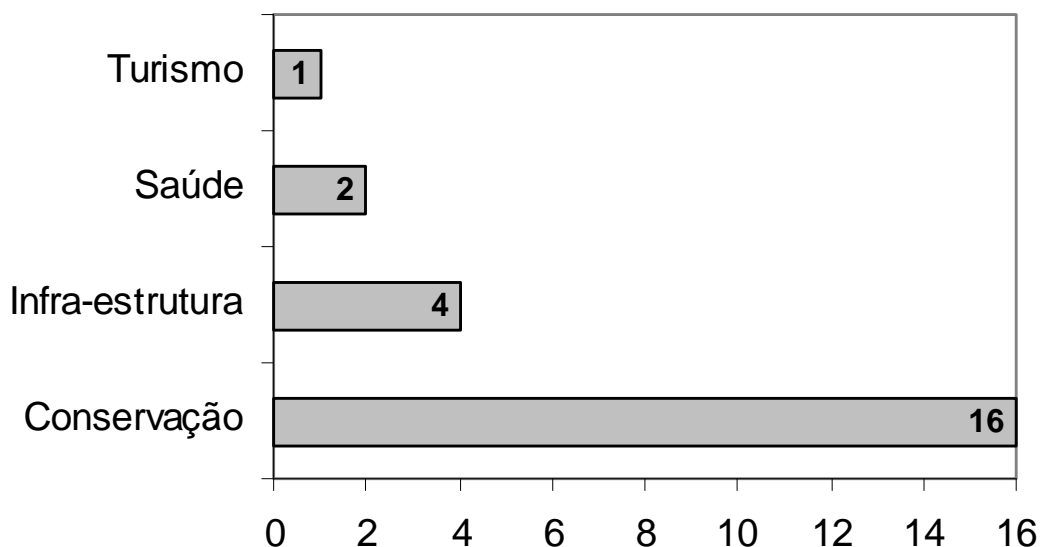


Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 1 - Pontuação total dos indicadores de sustentabilidade.

Esses indicadores, como foi mencionado anteriormente, foram obtidos através de entrevistas feitas às ONGs e, portanto, correspondem à fala, ou ao discurso, dessas organizações. Por meio do Gráfico 1, percebe-se que as ONGs, de maneira geral, afirmam promover um nível de sustentabilidade bom na Serra do Brigadeiro, em que quatro dos seis critérios estariam no ponto médio<sup>8</sup>, 32, ou acima dele. No entanto, o que foi observado durante a consulta à população local indica um nível mais baixo de sustentabilidade. As condições socioeconômicas dos moradores do entorno do PESB são precárias e, das melhorias ocorridas nos últimos cinco anos, não se mencionou renda, que está diretamente relacionada com o critério econômico. Na prática, verificou-se que o critério ambiental se constitui na principal mudança percebida pelos moradores, como pode ser observado no Gráfico 2, em que a conservação ambiental tem considerável relevância em relação às demais melhorias.

<sup>8</sup> Para melhor explicar o desempenho das ONGs nos critérios de sustentabilidade, foi adotado um ponto médio, de 32 pontos, que corresponde à resposta “Em termos”, = 1, ou seja, se as ONGs respondessem “Em termos” em todos os indicadores, eles teriam pontuação igual a 32.



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 2 - Melhorias apontadas pela população local, após a atuação das ONGs.

Os dados do Gráfico 2 foram obtidos na consulta à população local, em que 16 das 23 melhorias apontadas estavam relacionadas a questões de conservação ambiental, o que representa 70% das melhorias. Em termos de conservação, a população afirmou ter reduzido o número de queimadas e a comercialização de madeira e animais da floresta, bem como ter aumentado a quantidade de água e participado de cursos sobre práticas agrícolas sustentáveis.

Uma análise pertinente pode ser feita através da comparação entre percentuais do que as ONGs afirmam promover e o que a população percebe como melhoria concreta na Serra do Brigadeiro nos últimos cinco anos. Considerando que o critério ambiental atingiu 43 pontos pela análise das próprias ONGs, tem-se que 20% das ações das ONGs estão voltadas para este critério. Entretanto, a população percebe que, das melhorias efetuadas, cerca de 70% são de cunho ambiental.

Dessa forma, observa-se que existe um desequilíbrio entre os critérios de sustentabilidade na atuação das ONGs. Se, por um lado, a população local percebe muitas melhorias em termos ambientais, o que é significativo para a conservação do meio ambiente e conseqüentemente para o parque, por outro,

questões socioeconômicas e até mesmo culturais dos moradores do entorno, na prática, ficam à margem das ações das ONGs. Nesse sentido, percebe-se que a outra parte da hipótese desta pesquisa foi também confirmada, pois as ações isoladas das ONGs do entorno do PESB levam a privilegiar apenas um dos critérios – o quarto critério, o ambiental –, dadas as imposições que a própria proximidade com o parque colocam (vide item 1.1).

Em se tratando de sustentabilidade da Serra do Brigadeiro, nas questões ambientais há muitas ações ainda pendentes: são poucos os produtores que mudaram suas atividades econômicas para atividades menos impactantes ao meio ambiente a partir dos projetos das ONGs, já que, dos 28 entrevistados, apenas um afirmou ter mudado sua produção convencional para a orgânica sob a orientação de uma ONG e um outro começou a ser orientado a mudar ou compatibilizar a atividade atual com o ecoturismo, mas ainda não implementou essa nova atividade. Sob a assistência, só que da EMATER, outros dois entrevistados afirmaram ter mudado sua atividade econômica: um para produção orgânica e outro para o turismo rural.

No âmbito territorial ainda há um desequilíbrio entre os municípios do entorno no que tange à atuação das ONGs, como foi visto na Figura 1. As ONGs não atuam em três dos oito municípios que fazem divisa com o parque. Todavia, é importante ressaltar que elas, de modo geral, demonstraram uma boa articulação em conceber a região da Serra do Brigadeiro como um território único e que necessita de ações integradas, envolvendo um equilíbrio entre os municípios e entre as áreas rurais e urbanas; contudo, esse projeto ainda não foi implementado, o que impede uma análise de seus resultados.

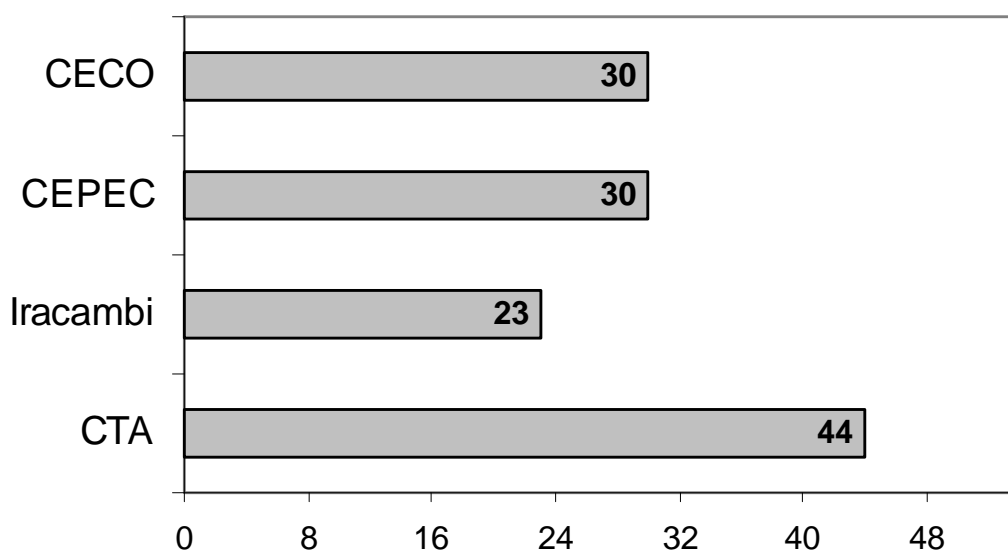
O critério cultural pode ser ainda muito explorado, devido à riqueza histórica da região e de seus habitantes, bem como à invasão cultural que tem atingido o meio rural. Atualmente existem iniciativas concretas de resgate da cultura indígena, festas religiosas e folclóricas na cidade de Araponga; entretanto, ainda não existem nos demais municípios do entorno ações dessa natureza. Este critério é pontualmente bem atendido, porém, como a análise envolve o entorno do PESB, pode-se afirmar que, em termos culturais, a Serra do Brigadeiro carece de ações concretas.

O critério ecológico envolve questões de preservação do meio ambiente. Apesar de algumas ONGs terem atuação forte nesse âmbito, este

critério depende muito de ações governamentais, pois o órgão gestor do PESB, o IEF, é o órgão do governo estadual responsável pela preservação do capital natural e pela fiscalização do uso desses recursos.

Os critérios social e econômico, como foi mencionado anteriormente, são precários, sendo isso preocupante em termos de sustentabilidade, pelas condições de vida dessas famílias, e até mesmo para a preservação do parque. A falta de acesso aos recursos e serviços socioeconômicos pode levá-las a buscar parte deles dentro do PESB.

O Gráfico 3 mostra a pontuação de cada ONG nos indicadores de sustentabilidade.



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 3 - Pontuação total das ONGs.

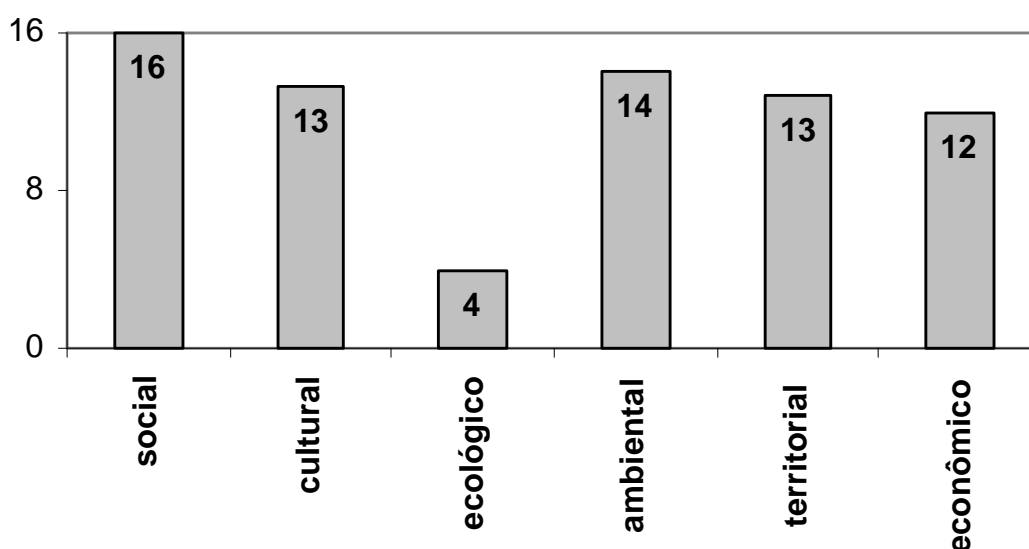
Por meio deste gráfico é possível observar a pontuação das ONGs nos indicadores de sustentabilidade. O total dos indicadores representa 54 pontos. A ONG que obteve a maior pontuação foi o CTA, com 44 pontos, seguido do CECO, com 30; do CEPEC, com 28; e do Iracambi, com 23.

A pontuação máxima que cada ONG pode obter nos indicadores de sustentabilidade seguiu o mesmo método de ponderação utilizado anteriormente, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Pontuação máxima que cada ONG pode obter após ponderação

<b>Critério</b>	<b>Nº máximo de pontos<sup>9</sup></b>	<b>Fator de ponderação</b>	<b>Nº máximo após a ponderação</b>
Social	10	1,60	16
Cultural	6	2,67	16
Ecológico	4	4,00	16
Ambiental	16	1,00	16
Territorial	10	1,60	16
Econômico	8	2,00	16

A seguir encontra-se a pontuação de cada ONG nos indicadores de sustentabilidade, segundo seu discurso (Gráfico 4).

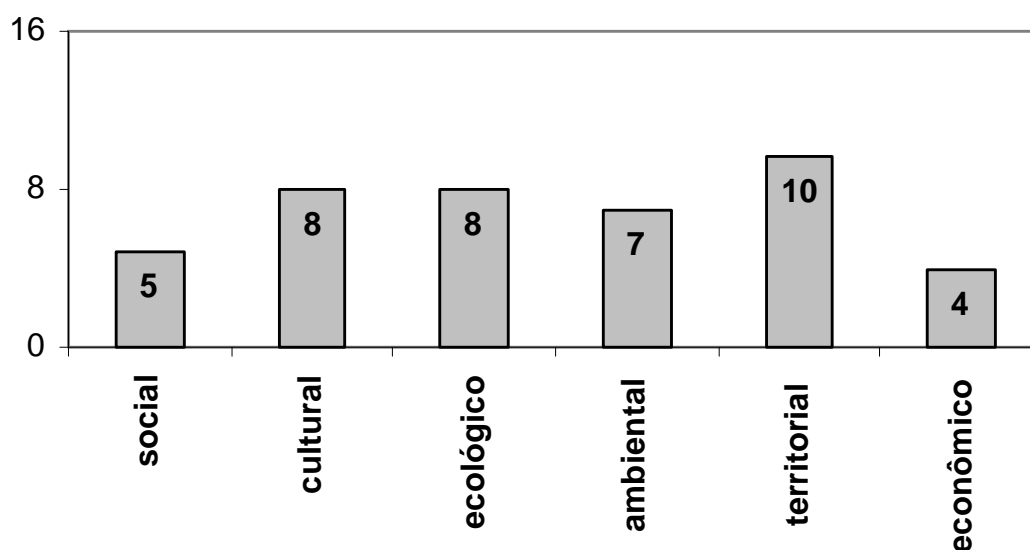


Fonte: dados da pesquisa.  
Gráfico 4 - Pontuação do CTA.

Por meio do Gráfico 4, é possível observar a vocação do CTA, que é uma ONG socioambientalista, com atuação voltada principalmente para questões sociais e ambientais, tendo ainda uma importância significativa para as áreas cultural e territorial. No critério social, a ONG afirma atingir pontuação

<sup>9</sup> O número máximo de pontos que podem ser obtidos em cada critério corresponde ao número de indicadores que o critério possui vezes 2 (resposta SIM), Exemplo: critério social, 5 indicadores x 2 = 10

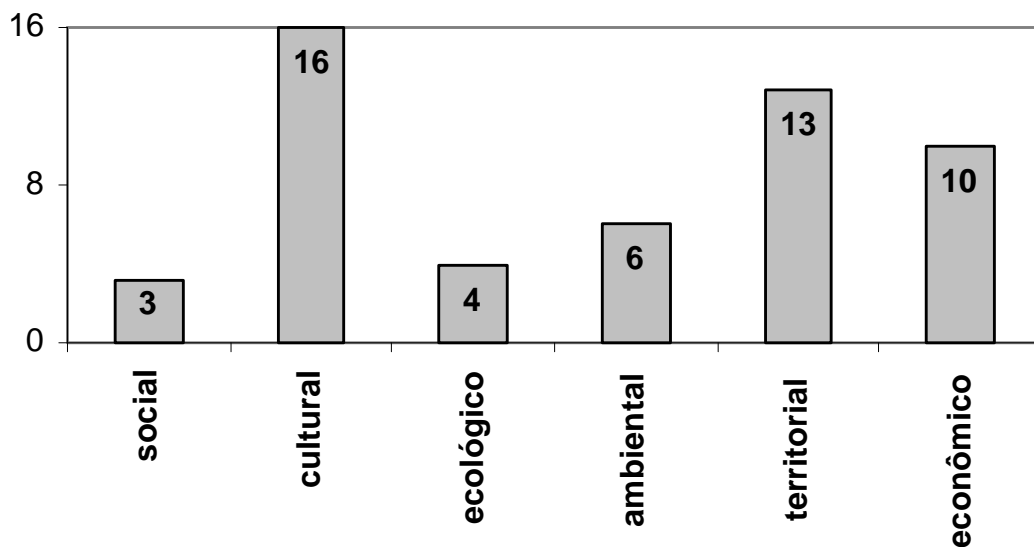
máxima, que corresponde a 16 pontos. Já no critério ecológico percebe-se que ela possui poucas ações, o que corresponde a uma baixa pontuação. Vale ressaltar que esta ONG obteve, na análise dos indicadores, a pontuação mais significativa em termos de promoção do desenvolvimento sustentável na Serra do Brigadeiro, o que pode ser justificado pela atuação há mais de dez anos na região e pela abrangência de seus programas, atendendo cinco dos oito municípios que fazem divisa com o parque (vide item 6.1.1).



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 5 - Pontuação do Amigos Iracambi.

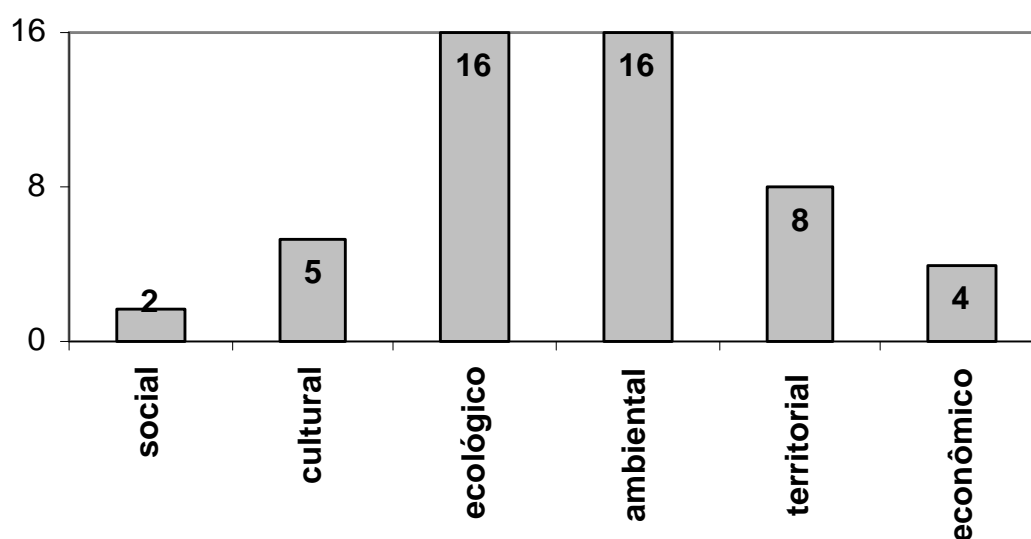
De acordo com o Gráfico 5, percebe-se que os Amigos Iracambi têm atuação mais significativa na área territorial, com dez pontos. De maneira geral, a ONG, através dos indicadores, afirma que ainda falta implementar diversas ações em termos de sustentabilidade. Como visto no item 6.1.2, a ONG é muito pequena e atua apenas na região de Rosário de Limeira, entre Ervália e Muriaé, não possuindo nenhum técnico contratado e tendo muitos projetos ainda em elaboração, o que justifica, segundo o diretor da ONG, a atuação modesta.



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 6 - Pontuação do CEPEC.

O CEPEC, como observado no item 6.1.3, é uma ONG que tem como foco o resgate da cultura e religiosidade de Araponga, e isso fica claro na análise dos indicadores, em que as questões culturais atingem pontuação máxima. Os critérios territorial e econômico também se destacam. Em termos territoriais, a ONG tem projetos nas áreas urbanas e rurais e possui parcerias com o poder público local, tendo inclusive sua sede na Prefeitura de Araponga. No âmbito econômico, a ONG atua no fortalecimento do artesanato local, incentivando os artesãos e intermediando a venda de seus produtos em um ponto de artesanato na cidade de Belo Horizonte. Os critérios social, ecológico e ambiental carecem de maiores ações e se apresentam no Gráfico 6 com uma pontuação baixa.



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 7 - Pontuação do CECO.

O CECO é uma ONG ambientalista. No Gráfico 7 percebe-se sua vocação, atendendo prioritariamente os critérios ecológico e ambiental, ambos com pontuação máxima. O foco dos projetos e das pesquisas desenvolvidos pelo CECO é orientado para esses dois critérios. Pela própria vocação da ONG, questões que envolvem mais a população local – como as sociais, culturais e econômicas – são pouco trabalhadas em seus projetos. No entanto, o presidente da ONG afirma considerar importantes ações que envolvam a população do entorno para a própria preservação do Parque.

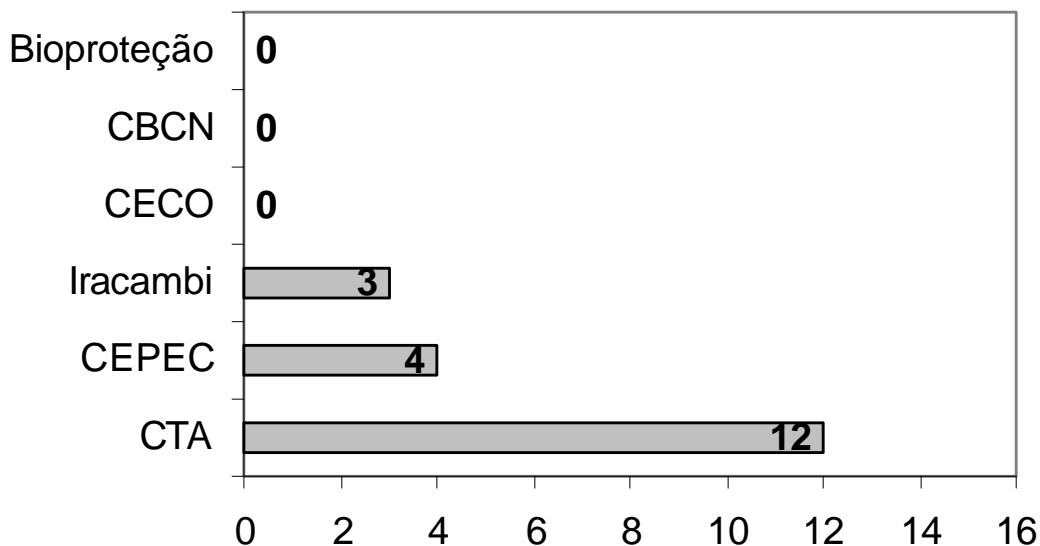
### 6.3. Consulta à população local

Na consulta à população local percebeu-se uma certa distância entre as ONGs e os moradores locais, pois muitos desconhecem essas organizações, e os que as conhecem não associam os projetos à organização, mas sim a parceiros ou funcionários das ONGs. Esse fato demonstra uma falta de visibilidade das ONGs e mesmo a falta de identidade, porém ressalta o personalismo das relações entre as organizações e seu público-alvo.

Dos 28 entrevistados, apenas 14% responderam espontaneamente que as ONGs são organizações que, de alguma forma, auxiliam o trabalho

deles; já de forma induzida, ou seja, mencionando a sigla ONG e questionando se existia alguma organização dessa natureza que oferecia assistência, esse número chegou a 57%. As pessoas que desconhecem o trabalho das ONGs totalizam 43%.

Como pode ser visto no Gráfico 8, as ONGs Bioproteção, CBCN e CECO não foram mencionadas pela população local. Isso significa que, além de não serem atendidos por estas ONGs, os habitantes da região desconhecem a própria existência dessas organizações. Já as ONGs Iracambi, CEPEC e CTA foram mencionadas, respectivamente, por 3, 4 e 12 habitantes locais. Esses números são considerados insuficientes, tendo em vista que essas organizações possuem em seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável.



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 8 - Número de vezes que cada ONG foi mencionada na consulta à população local.

As principais atividades desenvolvidas pelas ONGs que atuam no entorno do PESB são reuniões, palestras e cursos com a população, o que não significa, necessariamente, uma mudança concreta na forma de produção, já que a assistência técnica não é dada diretamente na propriedade, na maioria dos casos. Na opinião da população local, os temas mais discutidos nessas reuniões são: agroecologia (citada por 10 pessoas), preservação e o Parque

Estadual da Serra do Brigadeiro (8), turismo (3), artesanato (3), comercialização (2), educação ambiental (2), reciclagem (1), resgate da cultura (1) e mulheres (1). Apesar de o tema agroecologia ser o mais citado pela população, apenas em duas propriedades das 28 visitadas foi vista a produção agroecológica: em uma, quem oferecia assistência técnica era a Emater; a outra, na comunidade de Dom Viçoso, no município de Ervália, é assistida pelo CTA. Em termos percentuais, apenas 10% das pessoas que participaram das reuniões sobre agroecologia efetivamente aplicaram esse novo modelo de produção em sua propriedade.



Fonte: Camila Costa Vitarelli, 10/10/2004.

Foto 4 – Cafezal sendo formado segundo os princípios agroecológicos, orientados pelo CTA, na comunidade de Dom Viçoso, em Ervália.

De acordo com a população local, a duração dos programas das ONGs ultrapassa cinco anos, o que pode ser considerado como satisfatório, tendo em vista o recorte temporal feito na pesquisa, de cinco anos, para analisar a sustentabilidade dos projetos e, dessa forma, perceber se eles correspondem a ações momentâneas ou se possuem uma continuidade mais prolongada. Com relação à atuação das ONGs, dos 53% dos moradores que afirmaram conhecê-las, cerca de 15 entrevistados (71,4%) afirmaram que elas ainda têm trabalhos na região e 86,7% declararam que o trabalho delas foi importante para eles. As

justificativas para esse fato podem ser percebidas por algumas falas da população local, como<sup>10</sup>:

“Porque eles dão assessoria, são parceiros, são gente como a gente”. Sra. Canela, da comunidade de Dom Viçoso – Ervália.

“A minha casa ia ficar dentro do parque e com o trabalho deles o parque começou lá nas pedras”. Sr. Cedro, da comunidade Brigadeiro – Fervedouro.

“Eles tentavam ajudar de várias formas, eles ajudaram a gente a se organizar para trazer a luz e a luz chegou.” Sr. Murici, comunidade São José do Sapé – Miradouro. A fala deste morador mostra que, embora a instalação de elementos de infra-estrutura não seja uma atribuição das ONGs, estas podem trabalhar na organização social e nas atividades de pressão e reivindicação, que acabam culminando na obtenção do serviço pleiteado.

Com relação aos aspectos que mudaram a partir do trabalho das ONGs, as respostas se concentraram basicamente na conservação e preservação ambiental, reforçando o que já foi verificado no Quadro 2. A conscientização da população sobre questões ambientais pode ser observada em algumas falas:

“Meu moinhozinho parava de julho a setembro e agora ele não pára mais”. Sr. Cedro, comunidade Brigadeiro – Fervedouro. Esta foi a forma utilizada por ele para explicar o “aumento das águas”.

“O pessoal já está conscientizando, o povo num tá colocando fogo mais”. Sr. Jequitibá, comunidade Carangolinha – Divino.

Entretanto, outros acreditam que não houve mudança alguma, como pode ser visto a seguir:

“Promete muita melhora, mas não teve nada”. Sr. Ipê, da comunidade Graminha – Muriaé.

“Num mudou nada, falou, falou e num ficou nada feito”. Sra. Peroba, da comunidade Estouro – Araponga.

De maneira geral, a população afirmou de ter aprendido muito com a atuação das ONGs; dentre os temas aprendidos, destacam-se: turismo,

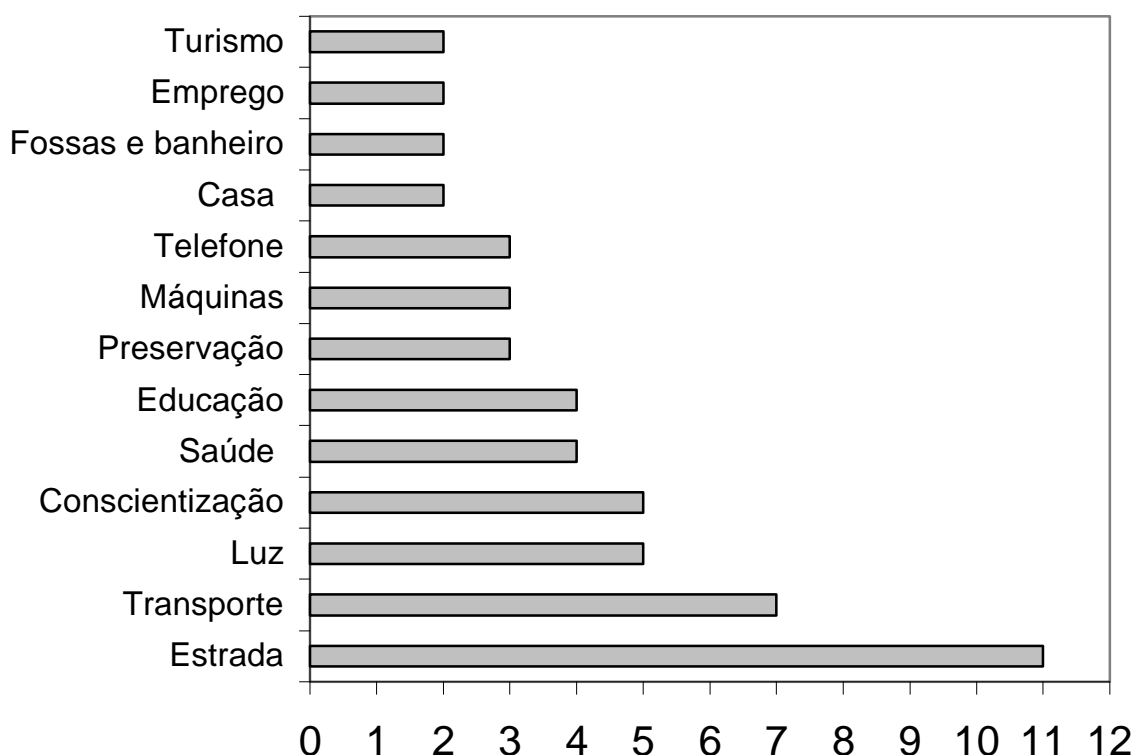
---

<sup>10</sup> Nas falas da população local, os nomes dos entrevistados foram trocados pelas espécies de árvores nativas da Serra do Brigadeiro, com a finalidade de não expor a pessoa entrevistada.

agroecologia, preservação do parque, valorização do local em que vive, desapropriação, organização comunitária e conseqüências das queimadas.

Quando foram questionados se a região da Serra do Brigadeiro melhorou nos últimos cinco anos, 84,6% responderam afirmativamente e apenas 15,4% responderam que não.

De acordo com a opinião da população local, ainda há muitas coisas para serem melhoradas na Serra do Brigadeiro. As principais delas se encontram no Gráfico 9:



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 9 - Necessidade de melhorias na região da Serra do Brigadeiro apontadas pela população local. Fonte: dados da pesquisa.

Uma comparação pertinente pode ser feita através do Quadro 3 (vide item 6.2.4), mais especificamente no critério econômico, em que nenhuma ONG possuiu o indicador “Melhoria nas condições de transporte”, e do Gráfico 9, em que a população local menciona como as principais necessidades de melhorias na Serra do Brigadeiro as questões de transporte e estrada.

Com relação às melhorias que precisam ser realizadas na serra, a moradora Cangerana – da Comunidade Graminha, Muriaé – afirmou que precisa ter “assistência do pessoal do parque com a comunidade para esclarecimento. Tem muita gente que tem dúvida sobre o parque e acha que ele não vale nada”. Em outra entrevista foi observado que realmente a população carece de esclarecimentos, como pode ser visto pelo questionamento da Liquerana – Comunidade Dom Viçoso, Ervália: “Essa Serra do Brigadeiro que ceis tão falando ela tá lá em Araponga, né”? Esta senhora vive próximo da divisa com o parque e não sabe que é vizinha dele; isso chama a atenção quanto à falta de esclarecimento que esta senhora tem a respeito do parque e da própria região em que vive.

Durante as entrevistas também foi possível observar que existem moradores que têm conhecimento sobre o parque, as questões sociais e ambientais e até mesmo sobre o ICMS ecológico, como é o caso do morador e representante da Comunidade São José do Sapé, o Sr. Murici. Segundo ele:

“Precisamos conseguir implantar na comunidade o dinheiro do ICMS ecológico, nós tínhamos que lutar para esse dinheiro ficar aqui. Tem pessoa que quer fazer um banheiro ou uma fossa na casa dele e não tem dinheiro; a gente tinha que lutar, se organizar para que esse recurso fosse usado para o meio ambiente”.

A percepção social dele pode ser observada pela seguinte fala: “Hoje tá todo mundo atrás do salário; o salário é uma cadeia que você entra nela e não consegue sair, eu queria sobreviver no campo. Enquanto estiver esvaziando o campo, as favelas vão aumentando”.

O conhecimento acerca de questões ambientais foi visto nesta frase: “Os eucaliptos prejudicam a água, as pessoas plantam no terreno deles e não deixando de saber se tá diminuindo a água do vizinho. O eucalipto devia ser plantado só na beira de estrada, e nas cabeceiras deve ser planta nativa”.

Uma outra moradora, Sra. Peroba, da Comunidade Estouro – Araponga, também demonstra conhecimento sobre questões ambientais e até a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, que pode ser percebido pela frase: “Tava desmatando demais e hoje melhorou, tudo que tira acaba, tem que pensá no hoje e no amanhã, os antigo num pensava assim, acabava com tudo”.

Dessa maneira, percebe-se que existem no entorno pessoas esclarecidas sobre o desenvolvimento sustentável e outras completamente desinformadas, o que reforça a idéia de ações pontuais das ONGs, com trabalhos realmente significativos em algumas comunidades e a ausência de qualquer iniciativa em outras. Vale ressaltar que não cabe somente às ONGs o papel de informar e orientar a população local acerca de questões ambientais, ficando o poder público local e a iniciativa privada também responsabilizados por estas questões. No entanto, este trabalho pesquisou apenas os programas e projetos das ONGs, o que impediu uma análise dos outros dois setores.

### **6.3.1 Os moradores que vivem dentro do parque**

Há hoje dentro do parque a Fazenda do Brigadeiro, em Araponga, onde se situa a ONG Bioproteção, e três casas de moradores que pertencem à mesma família, na área referente ao município de Fervedouro, próximo a Ermida Antônio Martins. Como já foi justificado anteriormente, não foi possível realizar a entrevista na Fazenda do Brigadeiro. Já com relação aos demais moradores, a entrevista foi feita e apresentou os resultados vistos a seguir.

As condições de vida dessa família são precárias e eles não são assistidos por nenhuma ONG nem por organizações governamentais; eles possuem plantações dentro do parque, como milho, feijão, café e banana, e alugam pasto para terceiros.



Fonte: Camila Costa Vitarelli, dia 11/10/2004.

Fotos 5, 6, 7 e 8 - Casas dos moradores que vivem dentro do parque e visão do pasto.

É importante ressaltar que as áreas onde esses moradores vivem ainda não pertencem ao IEF; por isso, o órgão não pode impedir que essas pessoas vivam e produzam dentro do parque.

Todos os moradores afirmaram que houve melhorias na região nos últimos cinco anos; entretanto, elas nem sempre estiveram relacionadas com a vida de cada um, e sim com os interesses do parque, como pode ser observado pela fala de um deles: “As águas melhoraram, os outros tinham desmatado muito. Para alguma parte melhora, pras mata e pras águas é bom, pra mim tá tudo do mesmo jeito”.

Não fez parte da entrevista a questão da desapropriação; contudo, esse tema provoca dúvidas sobre como ela será feita e, de certa forma, inquieta os moradores do parque – um deles destacou: “O dono do terreno pôs nós aqui e veio uma vez só e nunca mais voltou aqui. De qualquer maneira eu num saio não, tem que ter acordo”.

## 7. CONCLUSÃO

Neste estudo foi analisada a concepção de desenvolvimento sustentável das ONGs que atuam na Serra do Brigadeiro e os critérios de sustentabilidade abarcados nos projetos de intervenção dessas organizações.

Percebeu-se a importância das ONGs como instituições que buscaram minimizar custos de transação, sociais e ambientais, no processo de criação do parque, na luta pelos direitos dos moradores locais e na conscientização da população local sobre o meio ambiente e o parque. Durante a visita aos moradores, ficou clara essa evidência, pois as pessoas atendidas pelos programas das ONGs afirmaram que eles foram importantes. Entretanto, nem todos os entrevistados foram atendidos por esses programas: cerca de 43% desconhecem tais organizações. Esse fato ocorre devido a vários fatores, como: falta de visibilidade e identidade de marca dessas organizações; ações pontuais, atendendo comunidades específicas e não todo o entorno; e falta de recursos humanos e financeiros que permitam este atendimento.

A hipótese desta pesquisa foi confirmada, uma vez que as ONGs atuam dissociadas umas das outras, caracterizando uma ausência de rede, o que facilita ou propicia a ocorrência de ações isoladas e, em alguns casos, sobrepostas em certas comunidades. O critério ambiental é percebido pela

população local como o mais bem atendido, correspondendo a cerca de 70% das melhorias ocorridas na serra nos últimos cinco anos.

Observou-se uma certa defasagem entre o discurso e a prática das ONGs. Se, por um lado, essas organizações concebem o desenvolvimento sustentável de forma ampla, como o conceito adotado na referência teórica desta pesquisa, por outro, este estudo mostra que as ações englobam critérios específicos, de acordo com a vocação, a filosofia e os valores que essas entidades possuem. Elas afirmam que têm ações em todos os critérios de sustentabilidade, mas, de maneira geral, o critério ambiental é privilegiado em relação aos demais, com base no que declara a população local.

Um outro fator que comprova essa defasagem – problematizado no item 1.1 – é que as ONGs se especializam em alguns critérios de sustentabilidade, o que foi observado na pesquisa pelas respostas das ONGs aos indicadores de sustentabilidade: o CTA afirmou ter mais ações nos critérios social e ambiental; o CEPEC, no cultural; e o CECO, no ecológico e ambiental. Essa especialização é comum e acompanha a vocação de cada ONG. Se essas organizações atuassem em uma rede de desenvolvimento sustentável da Serra do Brigadeiro, o fato de se especializarem em um ou dois critérios não representaria uma defasagem na prática, pois elas atuariam de forma complementar, organizada e na busca de um objetivo comum, em que cada organização teria estratégias específicas, de acordo com sua vocação, para alcançar esse objetivo. No entanto, essa rede ainda não existe na Serra do Brigadeiro, embora as ONGs entrevistadas constituam redes em outros patamares de atuação.

A situação da sustentabilidade na serra é ainda precária, como mostraram os indicadores sociais e econômicos, que na soma geral apresentaram valores abaixo do ponto médio (vide item 6.2.4, Gráfico 1). Esses indicadores estão diretamente relacionados ao bem-estar social das comunidades do entorno, e a consulta aos moradores indicou que: as condições de vida da maioria dos moradores dessa região são precárias e não há perspectiva de trabalho e renda para os mais jovens, os quais, segundo os próprios moradores, estão enchendo as favelas nos grandes centros. Essa é uma questão que tem sido muito discutida no país como um todo e demonstra uma realidade com graves problemas sociais, que afetam as condições de vida

do meio rural e também das cidades. Os indicadores sociais e econômicos deverão estar nas pautas prioritárias dos programas e projetos das ONGs e do setor público na Serra do Brigadeiro, uma vez que é utópico e perverso falar de preservação, ou até mesmo de conservação ambiental, para uma população que não tem suas necessidades básicas atendidas. Assim, as ONGs, mas não somente elas, têm um longo trabalho ainda pela frente.

### **7.1. Recomendações**

Com o intuito de maximizar a atuação das ONGs na busca do desenvolvimento sustentável no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, sugere-se a criação de uma rede de ONGs da serra, na qual haja uma troca de informações e conhecimentos sobre os problemas locais e, assim, sejam propostas, de maneira coletiva, ações integradas para o parque e seu entorno. A criação dessa rede permitirá uma divisão de critérios de sustentabilidade para cada ONG, segundo sua vocação, e isso evitará que um critério seja mais explorado que outro, fazendo com que todos sejam implementados. A rede contribuirá, também, para que não haja sobreposições de projetos e de áreas temáticas e geográficas, como ocorre atualmente. Caso contrário, as ações que foram chamadas de pontuais podem ser disseminadas ao longo do território da serra, impedindo que comunidades e municípios do entorno fiquem fora dos programas e projetos das ONGs.

O programa de desenvolvimento territorial que se inicia é um bom incentivo para que haja maior interação entre as ONGs, bem como entre elas e a população do entorno do PESB.

## 8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA & NAVARRO orgs. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. O desenvolvimento rural sustentável: uma promessa fugaz ou a possibilidade real de um outro padrão de desenvolvimento? In: ALMEIDA & NAVARRO orgs. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. A., MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA & NAVARRO orgs. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

AMAZONAS, M. C., NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: **Desenvolvimento Sustentável:** a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1899.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1908.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1938.

ASSUMPÇÃO, L. L. **A Invenção das ONGs: do Serviço Invisível à Profissão sem Nome.** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** As estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.

BARBOSA, W. A. **Envolvimento Local Ambiente e Culturas.** 2003.

BECKER, B. K. A Amazônia pós-ECO – 92. In: **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1993.

BERNARDES, A., T. Valores sócio-culturais de Unidades de Conservação: Herança natural e cultural do homem. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Curitiba, PR: IAP-UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997.

BUARQUE, C. O Pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTYN, M. et al. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1993.

BUENO, N. P. **Instituições e Lógica da Ação Coletiva.** Viçosa, MG: Documento exclusivamente para uso interno da UFV, 2001.

CAMARGO, M. F. [et al] **Gestão do Terceiro Setor no Brasil.** São Paulo, SP: Futura, 2001.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, DATER-IICA, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede:** A era da informação: economia, sociedade e cultura. vol 1. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

COELHO, S.C.T. **Terceiro Setor:** um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo, SP: Senac, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, F. A. P. L. **Ecologia, Evolução e o valor das pequenas coisas.** Juiz de Fora, MG: Ed. Do autor, 2003.

COUTO, E. A. & DIETZ, J.M. **Sugestões para criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, MG: UFV e Instituto Estadual de Florestas, 1976.

DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo, SP: Ed. Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. São Paulo, SP: Editado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

\_\_\_\_\_. **O nosso Lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco Mamanguá – Parati, RJ**. São Paulo, SP: NUPAUB – USP, 1999.

FEIO, R. N., RIBON, R. & COSENZA, B. Estudos de fauna na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. In: FONTES (org.) Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno. **Anais do simpósio [sobre] contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno**, Viçosa: UFV, 2000. p. 47-56.

FERREIRA, P. S. N., TEIXEIRA, M. C. C., JACOVINE, L. A. G. Aspectos Socioeconômicos, Relação com o Entorno e Educação Ambiental. In: FONTES (org.) Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno. **Anais do simpósio [sobre] contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno**, Viçosa: UFV, 2000. p. 103 - 111.

FONTES, L. E. F. (org.) Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno. **Anais do simpósio [sobre] contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo do PESB e entorno**, Viçosa: UFV, 2000.

FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: Editado pelo Fórum de ONGs brasileiras, 1992.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 1974.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 2002.

GJORUP, G. B. **Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu entorno: O caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais**. Viçosa, MG: UFV, 1998. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade Federal de Viçosa, 1998.

GJORUP, G. B. & FRANCO, F. S. Planejamento de uso da terra e delimitação do PESB utilizando-se de informações geográficas. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Salvador, BA, 1996.

GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania**. São Paulo, SP: Cortez, 1997.

GOULET, D. Desenvolvimento Autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 2002.

GUERRA, R. M. N. **É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de reforma Agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no Estado do Acre**. Brasília, DF: UNB, 2002. 116 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2002.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA & NAVARRO (orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (orgs) **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002**. Rio de Janeiro, RJ, 2004. 147 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2001**. <<http://www.ibge.com.br/censo/index.htm>> acesso em 17 de janeiro de 2004.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1960.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Fonte de 55% das ONGs: dinheiro público**. São Paulo, SP. Domingo 29, out. 2004.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA & NAVARRO (orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

KIENER, C. I. **ONGs e ideologias de desenvolvimento: o caso do IDACO**. Viçosa, MG: UFV, 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2001.

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE et. al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. paz e Terra, 1997.

LEITÃO, P. **Ambiental Desenvolvimentismo**. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1993.

LEONI, L. S. **Flora do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: caracterização da vegetação e lista preliminar das espécies**. Carangola, MG: Ed. São José, 2004.

LIMA, G. S. **Criação, Implantação e Manejo de Unidades de Conservação no Brasil: Estudo de caso em Minas Gerais**. Viçosa, MG: UFV. 2003. 71 páginas. Tese (Doutorado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, 2003.

LOVEJOY, T. Compromissos Globais e multilaterais para conservação da biodiversidade: O papel do Brasil e a importância das Unidades de Conservação brasileiras. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba, PR: IAP-UNILIVRE, Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. São Paulo, SP: Ed. USP, 1999.

RIBAS, R. **Resumo Histórico dos Puks (Puris) da Serra dos Arrepiados, hoje Serra do Brigadeiro**. Documentos internos do Centro de Pesquisa e Promoção Cultural – CEPEC. Araponga, MG: CEPEC, 2003.

RIBEIRO FILHO, A. B. **Arthur Bernardes e a revolução constitucionalista: um resgate histórico**. Viçosa, MG: Ed. Academia de Letras de Viçosa, 1999.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo, SP: Ed. Cortez; ABONG; Oxford-Inglaterra/Oxfam, 2000.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, SP: Vértice, 1986.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania Sem Fronteiras: ações coletiva na era da globalização**. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

SCHETTINO, L. F. & BRAGA, G. M. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Vitória, ES: Ed. do Autor, 2000.

SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional. Ministério do Meio Ambiente.

SZAZI, E. **Terceiro Setor**: regulação no Brasil. São Paulo, SP: Peirópolis, 2001.

THIBAU, C. E. **Produção Sustentada em florestas**: Conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisas e constatações. Belo Horizonte, MG: Ed. Gráfica, 2000.